República Federativa do Brasil

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 059 CAPITAL FEDERAL SEXTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 1984

# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

**1 — ATA DA 128ª SESSÃO CONJUNTA, EM 31 DE MAIO DE 1984**

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

**1.2.1 — Discursos do Expediente**

*DEPUTADO DÉLIO DOS SANTOS* — Artigo publicado no Jornal **Última Hora,** do Rio de Janeiro, intitulado "INPS Lesa Quase 10 Milhões de Inativos".

*DEPUTADA LÚCIA VIVEIROS* — Empréstimo externo concedido pelo Senado Federal ao Governo do Estado do Pará. Irregularidades que estariam ocorrendo na compra de imóveis pelo Sr. Jader Barbalho.

*DEPUTADO ROSA FLORES* — Observações ao discurso da oradora que o precedeu na tribuna. Sucessão presidencial.

*DEPUTADA LÚCIA VIVEIROS,* para uma explicação pessoal — Reparos ao discurso do Sr. Rosa Flores.

*DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO* — Possível envolvimento do Sr. Leonel Brizola no recebimento de recursos por parte do governo cubano, no período de 1964 a 1969. Artigo publicado no **Jornal do Brasil** sob o título. "A fidelidade às origens: a nossa e a do Sr. Brizola".

*DEPUTADO FRANCISCO ROLLEMBERG* — Reconvocação do Sr. Camilo Calazans à Presidência da Associação Latino-americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento.

*DEPUTADO OSVALDO MELO* — Anulação da concorrência de terreno destinado a projeto turístico na Ilha de Ajuruteua-PA, para exploração de plantio de coqueiral.

*DEPUTADO DARCY PASSOS* — Momento político brasileiro.

*DEPUTADO FRANCISCO DIAS* — Reivindicações do funcionalismo público.

*DEPUTADA IRMA PASSONI,* como Líder — Comentários sobre matéria publicada no jornal "Correio Braziliense", de hoje, sob o título "Povo está comendo menos, constatam supermercados". Reivindicações do funcionalismo público.

**1.2.2 — Comunicação da Presidência**

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 27/84-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.077, de 20 de dezembro de 1983, que fixa alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) nos Territórios Federais, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum.**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 7/84-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.075, de 20 de dezembro de 1983, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil nos casos de fusões e incorporações, e dá outras providências **Discussão encerrada,** ficando a votação adiada por falta de **quorum.**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 16/84-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.085, de 22 de dezembro de 1983, que dispõe sobre a fixação de alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias no Distrito Federal, e dá outras providências. **Discussão encerrada,** ficando a votação adiada por falta de **quorum.**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 26/84, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.076, de 20 de dezembro de 1983, que altera o artigo 16 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 1.638, de 6 de outubro de 1978. **Discussão encerrada,** ficando a votação adiada por falta de **quorum.**

1.4 — ENCERRAMENTO

**2 — ATA DA 129ª SESSÃO CONJUNTA, EM 31 DE MAIO DE 1984**

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

**2.2.1 — Discursos do Expediente**

*DEPUTADO ELQUISSON SOARES* — Posicionamento de S. Exª contrário às pretensões do Sr. Paulo Maluf de eleger-se Presidente da República.

*DEPUTADO JOSÉ CARLOS FAGUNDES* — Carta do Sr. Clóvis Ferreira Coelho Pinto, sugerindo medidas para debelar a crise que atinge o País.

*DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO* — Incidente envolvendo S. Exª, ocorrido no Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados.

*DEPUTADO ALDO ARANTES* — Representação que será formalizada por S. Exª amanhã, perante a Mesa da Câmara dos Deputados, contra o Sr. Deputado Agnaldo Timóteo.

*DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO,* em questão de ordem — Aduzindo novas considerações ao pronunciamento feito por S. Exª na presente sessão.

*DEPUTADO ALBÉRICO CORDEIRO,* em questão de ordem — Solicitação à Presidência da adoção de providências para impedir a repetição do episódio ocorrido hoje no Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados.

*DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO,* em explicação pessoal — Reparos ao discurso de seu antecessor na tribuna.

*DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO* — como Líder do PDT — Censura ao procedimento do Deputado Agnaldo Timóteo no incidente ocorrido no Comitê de Imprensa da Câmara

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA
Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial

RUDY MAURER
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre ..... Cr$ 3.000,00
Ano ..... Cr$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr$ 50,00
Tiragem: 2.200 exemplares

*DEPUTADO SINVAL GUAZZELLI*, como Líder do PMDB — Deploração do episódio causado pelo Sr. Agnaldo Timóteo e solidariedade da Bancada do PMDB aos jornalistas integrantes do Comitê de Imprensa da Câmara

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 6/84-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.074, de 20 de dezembro de 1983, que altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências. **Aprovado.** À promulgação

— Projeto de Decreto Legislativo nº 15/84-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.086, de 22 de dezembro de 1983, que reajusta o valor do soldo base de cálculo da remuneração dos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. **Aprovado.** À promulgação.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 40 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO

**3 — ATA DA 130ª SESSÃO CONJUNTA, EM 31 DE MAIO DE 1984**

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

**3.2.1 — Discurso do Expediente**

*DEPUTADO MÚCIO ATHAÍDE* — Proposição encaminhada à Mesa, no sentido de que sejam estabelecidas eleições para Senadores e Deputados Federais no Distrito Federal.

**3.2.2 — Questão de ordem**

Suscitada pelo Sr. Sinval Guazzelli e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

**3.2.3 — Comunicação da Presidência**

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.3 — ENCERRAMENTO

# Ata da 128ª Sessão Conjunta, em 31 de maio de 1984

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

*Presidência do Sr. Marcelo Miranda*

*ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:*

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — João Lobo — José Lins — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Muller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

*E OS SRS. DEPUTADOS:*

**Acre**

Aluízio Bezerra — PMDB; José Mello — PMDB; Wildy Vianna — PDS

**Amazonas**

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB, Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

**Rondônia**

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

**Pará**

Ademir Andrade — PMDB, Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB, Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Ronaldo Campos — PMDB, Sebastião Curió — PDS.

**Maranhão**

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS.

**Piauí**

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

**Ceará**

Antônio Morais — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares

— PDS; Mauro Sampaio — PDS; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB

**Rio Grande do Norte**

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PDS, Vingt Rosado — PDS.

**Paraíba**

Adauto Pereira — PDS; Aluízio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

**Pernambuco**

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB, Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS, Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS, José Jorge — PDS; Josias Leite — PDS, Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB, Thales Ramalho — PDS.

**Alagoas**

Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

**Sergipe**

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

**Bahia**

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Felix Mendonça — PDS; Fernando Santana — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS, Prisco Viana — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

**Espírito Santo**

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

**Rio de Janeiro**

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

**Minas Gerais**

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Castejon Branco — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Milton Reis — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS, Rosemburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

**São Paulo**

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Darcy Passos — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT, Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB, Marcondes Pereira — PMDB; Mendonça Falcão — PTB, Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB, Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB, Salles Leite — PDS; Ulysses Guimarães — PMDB.

**Goiás**

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB, João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

**Mato Grosso**

Dante de Oliveira — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB, Milton Figueiredo — PMDB

**Mato Grosso do Sul**

Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Ubaldo Barém — PDS.

**Paraná**

Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB

**Santa Catarina**

Casildo Maldaner — PMDB, Dirceu Carneiro — PMDB; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

**Rio Grande do Sul**

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB, João Gilberto — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS, Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB, Siegfried Heuser — PMDB

**Amapá**

Antônio Pontes — PDS, Paulo Guerra — PDS.

**Roraima**

João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 228 Srs Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Délio dos Santos.

**O SR. DÉLIO DOS SANTOS** (PDT — RJ Sem revisão do orador ) — Sr. Presidente, minha presença nesta tribuna tem por objetivo abordar o problema dos inativos do INPS, que continuam sofrendo as mais duras privações, em vista da situação de calamidade em que vive a Previdência Social. Aproveito o ensejo para solicitar a V. Exª a transcrição nos Anais desta Casa de artigo publicado no jornal **Última Hora,** do Rio de Janeiro, que analisa com profundidade a situação dos aposentados e pensionistas do INPS.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — V. Exª será atendido na forma regimental.

*ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR*

Hoje e amanhã os trabalhadores nas distribuidoras de gás de cozinha estão liberados do trabalho. Diante da pressão do Sindicato dos Petroleiros, as empresas desistiram de obrigá-los a trabalhar, sem pagar o extraordinário.

INPS LESA QUASE 10 MILHÕES DE INATIVOS

BRASÍLIA — Mesmo com a retirada do art. 2º do Decreto-lei nº 2.087/83 do Congresso, substituído pelo 2.113/84 por decisão do próprio Governo, a Previdência Social continuará lesando a maioria dos 10 milhões de aposentados e pensionistas do sistema. Isto porque insiste em distribuí-los pelas faixas salariais destinadas à aplicação do INPC, levando em conta o salário mínimo antigo, não reajustado (Cr$ 57.120), ao invés do que entrará em vigor em 1º de maio (Cr$ 97.161,12).

Com este critério incorreto, os inativos que recebem até três salários mínimos perderam Cr$ 500 mil em seus proventos, acumulados desde 1979, e, em maio, terão o reajuste de seu benefício reduzido a 80% do INPC (50,98%), quando deveriam perceber 100% desse índice (70,1%).

Este tipo de cálculo, adotado à revelia pelo Governo a partir de 1979 para compensar a carga representada pelos 10% sobre o INPC concedidos aos inativos na faixa de até três salários mínimos, foi considerado "errado e injusto" por técnicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, mas a Previdência Social não abre mão da sua aplicação, baseando-se em parecer de sua assessoria jurídica.

Os aposentados e pensionistas sofrem ainda os efeitos do que consideram "política desumana da Previdência SOcial", traduzida no atraso sistemático do pagamento dos reajustes já defasados. A próxima majoração de benefícios, embora vigore a contar de 1º de maio, só será paga em agosto, sem juros e correção monetária, o que acarretará uma perda adicional para a classe.

CALCULE SEU PREJUÍZO

| Faixa Salarial | Critério INPS SM antigo Cr$ 57 120 | Critério correto SM novo Cr$ 97 161,12 | Reajuste INPC |
|---|---|---|---|
| 1 a 3 SM | até Cr$ 171 360 | até Cr$ 291 483 | 70,1% |
| 3 a 7 SM | até Cr$ 399.840 | até Cr$ 630.128 | 56,08% + Cr$ 40.876 |
| 7 a 15 SM | até Cr$ 856 800 | até Cr$ 1 457 41542,06% | + Cr$ 136 219 |
| Acima de 15 SM | | | 35,05% + Cr$ 233 384 |

De acordo com a tabela, os inativos que percebem até Cr$ 291 433 deveriam receber mais 70,1% a partir de maio; até Cr$ 680 128 teriam 56,08% mais Cr$ 40 866, e assim por diante. Entretanto, pelos critérios incorretos do INPS, apenas os que ganham até Cr$ 171 360 terão os 100% do INPC (70,1%) e os que recebem até Cr$ 399.840 cairão para a faixa de 80% deste índice (56,08% mais Cr$ 40.866)

O aposentado hoje com proventos de Cr$ 291.360, por exemplo, passará a receber Cr$ 478.983,85 e não Cr$ 496 011,00 Perderá 3,5%, ou Cr$ 17 027,75 ao mês, ou Cr$ 102 165,50 durante um ano "

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra à nobre Deputada Lúcia Viveiros

**A SRª LÚCIA VIVEIROS** (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso ) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, com a transação corrupta e espúria dos 60 milhões de dólares, consumada, como eu havia previsto e denunciado, através de chantagem em acordo de lideranças, no dia 29-5-83, ganharam: Jader Barbalho, 200 bilhões; Vale do Rio Doce, 100 bilhões; garimpeiros, 3 anos de *trabalho árduo, em péssimas condições, e depois rua*, despejo.

Sei que da minha humilde trincheira de luta vou ouvir os gemidos do povo sofrido e enganado do Pará. Vou assistir, impotente, aos lamentos dos Prefeitos sem apoio do PDS e os estertores do que resta desse partido no Pará Mas, da minha trincheira de luta, o grito de Lúcia *continuará a ser o grito do povo espoliado e ludibriado*, doa a quem doer.

Por muito menos do que a imensa corrupção que assola agora o Pará, foram cassados, por corrupção, um ex-Governador do Pará é o próprio pai do Sr. Jader Barbalho — "Diário Oficial" de 14-3-69, pág. 2212 — na época, "por malversação dos dinheiros públicos", cerca de 4 milhões de cruzeiros atuais, pois era Diretor da Imprensa Oficial do Estado e suplente de Deputado Estadual. (DOC-D )

Mas, não obstante, tudo está consumado e, conforme adverti, foram facilmente aprovados, 29-5-84, através *desse imoral acordo de Lideranças que sucumbiram à* chantagem do Senador do PMDB do Pará, o tão desejado empréstimo da corrupção de 60 milhões de dólares para o Governador Jader Barbalho, seus familiares e amigos

Como eu disse, tudo já estava preparado, e a desculpa esfarrapada foi atender os pobres garimpeiros, cuja so*lução para suas justas reivindicações se arrasta, sem* acordo, há mais de três anos

Eis parte da nota publicada nos jornais de Brasília, em 30-5-84, e na "Província do Pará" de 30-5-84, que leio para que constem nos Anais.

"Um acordo de lideranças permitiu que o projeto do Governo prorrogando por três anos o garimpo de Serra Pelada fosse aprovado na noite de ontem, *em regime de urgência, pelo Senado. Hoje, será en*viado ao Planalto. Para que o PDS conseguisse aprovar o projeto, foi obrigado a ceder à imposição do Senador Hélio Gueiros (PMDB — PA), que ameaçou impedir a aprovação, mediante um pedido de verificação de quorum, se não fosse incluído também na ordem do dia um projeto autorizando o governo do Pará a contrair um empréstimo externo de 60 milhões de dólares."

São quase 200 bilhões de cruzeiros, e este projeto não é antigo, não, o anterior foi rejeitado, e era de apenas 10 milhões de dólares para o ex-Governador do Pará, Coronel Alacid Nunes.

É assustador. No Pará não se sabe onde quer chegar o Sr. Governador Jader Barbalho, na compra de Deus, para formar, neste período de Governo, o seu patrimônio imenso. Já possui 27 fazendas somente em Gurupá, *Estado do Pará; o antigo jornal "Estado do Pará" foi re*centemente por ele adquirido; coberturas de edifícios etc., e, como se isso não bastasse, leio para os Anais certidão expedida pela Junta Comercial do Pará nº 0037/84-DOC-C, que detalha a compra de mais uma propriedade de cunho agropecuário, de grande porte, denominada Fazenda Rio Branco Ltda., pois como as Empresas Rurais Notrial S.A. estavam em dificuldades, essa propriedade foi comprada através do "testa-de-ferro" Francisco Monteiro Melo, que fez todos os ajustes contábeis, desde a devolução de incentivos fiscais (cerca de 29 milhões) até a transformação da Sociedade Anônima Notrial e denominação de Fazenda Rio Branco Ltda.

O agravante é que o Governador "pagou", no papel, 10 milhões de cruzeiros (apenas) ao maior acionista, tipo da transação do mercado para lesar o fisco e assumiu todos os débitos que somam 200 milhões de cruzeiros. Mais um grande investimento do Sr Jader Barbalho, em pleno exercício do mandato de Governo que abrange *área que vai da estrada de Castanhal, no rumo de Santa* Maria do Pará, ao longo do rio Guamá, até em frente a São Domingos do Capim e ele não presta nenhum esclarecimento ao povo que o elegeu por voto direto. (Suas áreas de terra correspondem ao Estado da Bahia)

Por muito menos do que isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, um ex-Governador do Pará e o próprio pai do *Sr. Governador Jader Barbalho foram cassados por cor*rupção

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ — "JUCEPA"

**CERTIDÃO Nº 0037/84**

Certifico, em obdiência ao despacho exarado pelo Sr. Dr Secretário -Geral, no processo protocolado sob o número 00175/84 em 5 de janeiro de 1984 que por despacho de, 11 de novembro de 1983, sob o nº 1839/83, encontra-se devidamente arquivada a Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da sociedade denominada EMPRESAS RURAIS MOTRIAL S/A , realizada em 28 de outubro de 1983 Assembléia Geral Ordinária: a) Discussão e votação das contas da diretoria, balanço patrimonial, demonstrações do resultado do exercício, das origens e aplicações de recursos e das mutações do patrimônio líquido e parecer do Conselho Fiscal, *relativos aos exercícios de 1980, 1981 e 1982*; b) Aprovação da Correção Monetária do capital social e sua capitalização; c) Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, com fixação de seus honorários; ficando a Diretoria composta da seguinte maneira: Diretor-Presidente: Lairton Zuppo Machado, brasileiro, desquitado, pecuarista; Diretores Dalcy Horta Machado, brasileiro, casado, metalurgista; e Delcio Zuppo machado, brasileiro, casado, arquiteto. Assembléia Geral Extraordinária: a) Cancelamento das Ações Preferenciais, b) Redução do Capital Social: de Cr$ 62 886 012,00 (sessenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil e doze cruzeiros) para Cr$ 30.637.032,00 (trinta milhões, seiscentos e trinta e sete mil e trinta e dois cruzeiros); c)Parecer do Conselho Fiscal, e d) O que ocorrer Por despacho de 11 de novembro de 1983, sob o NIRC 15200197331, Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 1983. Transformação da Sociedade Anônima de capital fechado, para sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob denominação de Fazenda Rio Branco Ltda. Encontra-se arquivado juntamente com a Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 1983, o Instrumento Particular de Contrato Social da sociedade denominada Fazenda Rio Branco Ltda., no qual consta entre outros o seguinte Sede Social Trav. Quintino Bocaiúva, nº 959, Belém-PA Prazo de Duração: Indeterminado Objetivo Desenvolvimento de atividades relacionadas com a compra, venda, produção, transformação, representação, e agenciamento, importação e exportação de produtos madeireiros, agrícolas e pecuários e de seus derivados em geral. Capital Social: Cr$ 30.637.032,00 (trinta milhões, seiscentos e trinta e sete mil e trinta e dois cruzeiros) totalmente integralizado. Quadro Social: Lairton Zuppo Machado, brasileiro, desquitado, pecuarista: Dalcy Horta Machado, brasileiro, casado, aposentado, Roberto de Menezes Machado, casado, aposentado, Delcio Zuppo Machado, brasileiro, casado, publicitário, Walter da Veiga Facchini, casado, técnico em treinamento, e Newton Horta Machado, casado, brasileiro, funcionário público Por despacho de 11 de novembro de 1983, sob o nº 3027/83, encontra-se arquivada a cópia de Substabelecimento da Procuração de Roberto Menezes Machado e outros, no qual consta como outorgante Lairton Zuppo Machado, brasileiro, desquitado, pecuarista, que estabelece para o referido Instrumento Público, em caráter irrevogável e irretratável na pessoa de Francisco Monteiro Melo, brasileiro, casado, economista, todos os poderes que lhe foram conferidos por Roberto de Menezes Machado, Newton Horta Machado, Walter da Veiga Facchini, Dalcy Horta Machado, e Delcio Zuppo Machado, consoante instrumento público de procuração lavrado no 22º Cartório de Notas do Tabelião José de Arruda Botelho, da Comarca de São Paulo-SP , no livro 584, às folhas 70, em 11 de julho de 1983 Em tempo na Ata de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 1983, o Conselho Fiscal Eleito, ficou assim constituído: Efetivos: Francisco Monteiro Melo, brasileiro, casado, economista, *Joaquim de Jesus dos Anjos Bittencourt, brasileiro*, casado, economista e Sérgio Costa Leite, brasileiro, casado, economista. Suplentes: Fernando Emanuel Gouveia do Amaral, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, Aloísio da Costa Melo, brasileiro, solteiro, engenheiro agrônomo e Júnior Tamutu Tutyia, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo. Por despacho de 11 de novembro de 1983 sob o nº 3027/83, Alteração Contratual da Sociedade Fazenda Rio Branco Ltda. Saída de Sócios Lairton Zuppo Machado, Darcy Horta Machado, Roberto de Menezes Machado, Delcio Zuppo Machado, Walter da Veiga Facchini, e Newton Horta Machado, todos já qualificados. Entrada de Sócios: Jáder Bontenelle Barbalho, brasileiro, casado, advogado, e Elcione Therezinha Zanluth Barbalho, brasileira, casada, comerciante. O referido é verdade. Passada e conferida por mim, Suzete Gomes Sampaio, Agente Administrativo da Junta Comercial do Estado do Pará.

Belém, 9 de janeiro de 1984. — (Assinaturas ilegíveis.)

Agora, com mais esses 200 bilhões para a família se regozijar, sei que vou assistir da minha trincheira de luta o gemido e a angústia cada vez maior do povo enganado, sofrido e espoliado, enquanto a Srª Dama vai reafirmar que eles — o povo — estão é com "dor de cotovelo", e vai mostrar para o povo, como já o fez durante as vaias que o Sr. Jader recebeu no comício das Diretas já, o seu belo cotovelo

Da minha trincheira de luta, vou ouvir os lamentos dos Prefeitos do PDS, sem apoio, e os estertores do que ainda resta do PDS no Pará Mas, repito, da minha trincheira de luta, o grito de Lúcia continuará a ser ouvido, e não temo ameaças de morte, nem perseguições prometi-

das O grito de Lúcia, quase solitário, é o grito do povo do Pará, desiludido e ludibriado

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Rosa Flores

**O SR. ROSA FLORES** (PMDB — RS Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ouvi o discurso da obstinada Deputada Lúcia Barbalho, e vejo que S Exª continua a mesma.

**A Srª Lúcia Viveiros** — Barbalho? Isole. Não me ofenda com esse nome imundo, esse nome sórdido. Não o aceito em meu nome Faça o favor de retificar O pior que V. Exª pode fazer é dizer que o meu nome é Barbalho

**O SR. ROSA FLORES** — A Deputada Lúcia Viveiros continua a mesma, desde os tempos em que fazia confusão e anarquia nas hostes do MDB.

**A Srª Lúcia Viveiros** — Mostre os documentos. Eu não faço isso

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Apartes paralelos não são permitidos.

**O SR. ROSA FLORES** — .. até transferir e fazer confusão no PDS. Acho que foi um grande negócio para o PMDB essa transferência da Deputada Lúcia Viveiros Naqueles longínquos tempos, há 8 anos, quando companheira se dizia a Deputada Lúcia Viveiros, já sorrateiramente, colocava nos escaninhos dos Deputados desta Casa cartas quase anônimas contra o então Deputado Jáder Barbalho, contra quem ela não pode assacar corrupção. E agora, apressadamente, a Deputada Lúcia Viveiros, ataca o Governador, há um ano eleito pelo voto livre do povo do Pará, imputando-lhe essas barbaridades de corrupção, envolvendo S Exª e as próprias autoridades federais.

Acho que S. Exª continua a mesma

Com relação ao pai do Governador, que a Deputada afirma ter sido cassado por corrupção, não vi nesta República atos de cassação que definissem, situassem ou conceituassem a razão desses atos Para nós, da Oposição, toda cassação foi uma medida de arbítrio, de violência, feita por motivos políticos.

Não podemos silenciar diante das afirmações da Deputada. Nós testemunhamos a atuação brilhante do Deputado Jáder Barbalho nesta Casa, como Líder da Oposição, afirmativo, ideologicamente identificado que não anda saltitando de partido, da Situação para a Oposição, que não se traveste de Catão dos costumes brasileiros, que do alto do narcisismo não se trata aqui.

A Deputada Lúcia Viveiros não salva o Pará.

Quero dizer, em defesa do ex-colega nesta Casa, Deputado Jáder Barbalho, que reconheço e testemunho sua ação política, sua atuação Parlamentar brilhante, que o credenciou e qualificou para que o voto soberano do povo do Pará o elegesse Governador.

Sr Presidente, peço a V. Exª a transcrição nos Anais de um discurso em que pretendo abordar assuntos do momento na área política, na área institucional e na área econômica.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — V. Exª será atendido na forma regimental.

*PRONUNCIAMENTO A QUE SE REFERE O DEPUTADO ROSA FLORES*

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há alguns meses, o tema "Eleição Direta para Presidente" enexistia no temário político do Governo. Quando muito, assediados, seus porta-vozes e lideranças admitiam-na para um futuro longínquo, uma vez que o sucessor do sucessor do Presidente Figueiredo encerraria seu mandato na década de 90.

A eleição direta era uma miragem, urdida pelo desgastado "sistema", para permanecer até o ano 2000 sem maiores problemas. O povo parecia apático e indiferente ao assunto. Setores da Oposição procuravam, através do chamado "consenso", fórmulas capazes de garantir uma solução que consultasse ao interesse da Nação O Governo, do alto da sua vintenária onipotência, com silenciosa e reticente arrogância, encorajava os Malufs e Andreazzas a transformarem em fato consumado e irreversível a chamada eleição indireta.

Todos os espaços da imprensa política, notadamente da televisão, centravam suas notícias na campanha dos chamados presidenciáveis. Foi quando a Oposição, acordada pelos grupos mais afirmativos do PMDB, tendo à frente o Presidente Ulysses Guimarães e Teotônio Villela, saudoso Senador de Alagoas, desencadeou o movimento por "eleições diretas já"

Em todo o País iniciaram-se conferências, palestras e simpósios para divulgação e aliciamento em favor da causa Viagens, encontros e conquista de espaço publicitário foi o resultado desse trabalho inicial. Passeatas e comícios-relâmpago, no curso dos quais foi possível medir o grau de participação e aplausos popular, foram encetados em todos os pontos do País.

A partir desse estágio, já se desenhava o sucesso dessa vitoriosa campanha, que, na fase culminante, marcou presença gigantesca, que se mede em centenas de milhares. Os comícios, em todas as Capitais, notadamente nos Estados mais desenvolvidos e politizados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, revelaram a grande mobilização política e o alto grau de maturidade do povo

A exigência de "eleições diretas já" por parte dessas multidões revelaram que o Brasil real, a Nação, se opõe ao que quer o Governo. Enquanto o Governo mobiliza seus costumeiros recursos, tentando desconversar e empurrar para o futuro a solução do problema, a Nação, através da impaciência das multidões ludibriadas, exige respostas imediatas.

A farsa do Colégio Eleitoral foi desmistificada no curso dos comícios eleitorais. Hoje, o homem comum sabe que o chamado Colégio Eleitoral constitui mais um dos muitos expedientes urdidos no laboratório político do Governo para desvirtuar os resultados eleitorais. Montado num esquema que dá prevalência aos pequenos e inexpressivos Estados do Nordeste sobre os grandes Estados do sul, o Colégio Eleitoral nega o Brasil real.

A chamada eleição indireta montada em cima de uma legislação corrupta, assegura ao voto de um eleitor do Acre o mesmo valor de 32 votos paulistas ou 16 votos cariocas ou gaúchos

Em cima desses artifícios, que, aliás, têm assegurado as vitórias do Governo, é que pretende, o "sistema" permanecer, por alguns anos mais, desgraçando o País.

A recente emenda constitucional do Governo garantindo eleições diretas para Presidente em 1988 só veio por pressão das multidões impacientes, que, nas praças públicas, reclamaram. Mas a paciência do povo esgotou-se diante do desgoverno, do caos administrativo, da impunidade dos corruptos, da crise econômica e do desemprego.

Informa o Governo que está aberto à conversação e à negociação em torno da sua Emenda A Oposição, hoje menos do que ontem, pode negociar. A exigência de "eleições diretas já" passou, em face do aplauso do povo, a ser premissa em qualquer entendimento entre Oposição e Governo. Em verdade, o que o povo quer é que se inaugure uma fase nova na vida do País e que a eleição direta signifique o grande momento político, a arrancada no rumo da reconstrução de uma ordem econômica-social, marcada pelo soerguimento da economia e pela justiça social.

Para que se estendam essas verdades, basta que se ausculte o clamor das ruas. Em cima da angústia e da impaciência popular, ficam mais estreitos os espaços de ação e negociação das Oposições com o Governo, com a agravante de que o autoritarismo nunca negociou; sempre impôs, e, quando simulou pretender negociar, iludiu e enganou

Rejeitada a emenda "Dante de Oliveira" e encaminhada a emenda do Governo, as Oposições devem se rearticular, associadas com os Deputados governistas que apóiam as "diretas já", para mais esta batalha parlamentar

No âmbito do Congresso Nacional, foi derrotada a Dante de Oliveira, deixando a impressão da existência de dois Brasis, o das multidões que reclamaram em praça pública e o do Congresso, indiferente a esses clamores.

Esperamos, com o mesmo ânimo e a mesma fé, que, nessa segunda votação, venha o Congresso se identificar com a Nação, aprovando a emenda pelas diretas.

Tenho dito

**A Srª Lúcia Viveiros** — Pela ordem, Sr Presidente, porque fui citada nominalmente

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Pela ordem, com a palavra a Deputada Lúcia Viveiros.

**A SRª LÚCIA VIVEIROS** (PDS — PA. Sem revisão da oradora.) — Quero reafirmar ao nobre colega, em primeiro lugar, que para mim o pior insulto é chamar-me de Barbalho. Para mim, não existe nome pior do que esse.

Quero dizer ao nobre colega que cheguei a ser processada pelo pai do Sr Jáder Barbalho, por causa da minha acusação de corrupção, que foi provada juridicamente. Ganhei a questão. Ele foi cassado por corrupção, malversação dos dinheiros públicos. Quero dizer ao nobre colega — que nem é paraense, portanto não sabe do que está acontecendo — da espoliação e do desespero do povo do Pará, do qual sou representante. Fui eleita com a maior votação de Estado, sendo a quarta mais votada do Brasil; portanto, sou fiscal do meu povo e não abro mão disso, nem a peso de ameaças de morte, o que já me fizeram quando eu estava no PMDB.

Pois bem, quando eu estava no PMDB, já não conseguia mais agüentar a corrupção do Sr. Jáder Barbalho e de sua família. Quero dizer ao nobre colega que todas as minhas afirmações têm base em documentos, certidões de cartórios e da Junta Comercial, e, até agora, a única defesa do Sr Jáder Barbalho, daquilo que é indefensável, é dizer que eu o ataco da mesma forma que V. Exª, dizendo que sou uma anarquista, porque tenho anseios inconfessáveis por ele. Na ocasião, respondi-lhe, deste Plenário, que isso não pega mais, na atual conjuntura da mulher brasileira. Ele tem de provar que não é corrupto. Não me atinge, não me pega essa pecha. E disse mais, que ele se enxergue, deixe de ser convencido, gabola, além de corrupto.

Era o que tinha a dizer.

**O Sr. Rosa Flores** — Sr. Presidente, pela ordem. Já que a Deputada Lúcia Viveiros se referiu ao meu discurso, gostaria de fazer um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — A Deputada usou a palavra por ter sido citada por V. Exª

**O Sr. Rosa Flores** — Sr. Presidente, falei em Lúcia Barbalho. Não se trata da Deputada Lúcia Viveiros, a não ser que S. Exª tenha adotado este nome.

**A Srª Lúcia Viveiros** — Mas depois S. Exª disse Lúcia Viveiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Agnaldo Timóteo.

**O SR. AGNALDO TIMÓTEO** (PDT — RJ Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr Presidente, Srs. Congressistas, No dia 17 de abril deste ano, este Deputado, desta

tribuna leu um discurso que lhe traria uma enorme dor de cabeça. Contudo, o objetivo da provocação foi alcançado: não permitir a prescrição dos casos envolvendo os Sargentos Manoel Raymundo e Alberi Estamos informado de que a Promotoria, no Rio Grande do Sul e no Paraná, teria reaberto os casos, e, acredito, com grandes possibilidades de se chegar aos criminosos, através das afirmativas do Sr. Paulo Melo e do Deputado Jacques D'Ornellas.

No meu pronunciamento, em nenhum momento citei o nome do Governador Leonel Brizola, mesmo porque, em Montevidéu, existiam vários grupos e lideranças políticas revolucionárias. Para se ter uma idéia, poderiamos citar algumas: o Grupo do Presidente Goulart; o Grupo do Dr. Leonel; o Grupo do ex-Deputado Neiva Moreira, este, na época, incompatibilizado com o Dr. Leonel, por causa de "um probleminha" de dez mil dólares...; o Grupo dos Militares, chefiado pelo Almirante Cândido Aragão — b) Coronel Emanoel Niccol — (FAB) e o Capitão Daut, também da FAB; um grupo liderado pelo PCB; o Grupo Liderado pelo PCB; o Grupo liderado pelo PCDOB; vários grupos integrados por elementos ligados à 4ª Internacional; o pessoal ligado à UNE...; organizações como a NUFALN — Núcleo das Forças Armadas de Libertação Nacional — a FAL — Forças Armadas de Libertação — A RAN — Resistência Armada Nacionalista e mais uma dezena de pequenos grupos, poucos representativos, como o pessoal do Paulo — Livreiro

Estranhamente, depois do meu discurso, surpreendentemente, somente o grupo de serviçais ligados ao Dr. Leonel "pulou mais do que pipoca". Reagiu com tal violência, que cheguei a me assustar, imaginando ter cometido uma grande indignidade Mas isto não ocorreu: o que eu disse foram verdades perigosas e que atingiram em cheio a alguns farsantes que se beneficiaram com os recursos para os movimentos de resitência contra o Regime implantado desde 1964.

Hoje, como havia prometido, volto ao assunto, mais veemente e mais contundente, pois respaldado por informações seguras, de pessoas que participaram da luta armada em defesa deste País, contra o autoritarismo, contra o fascismo, contra a violência, contra os órgãos de segurança, para cobrar esclarecimentos do atual Governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Leonel Brizola, sobre os destinos dos recursos do Governo Cubano (ver denúncia do ex-Guerrilheiro Theodomiro Romeiro dos Santos, em entrevista publicada na revista "Playboy" — nº 106 — de 1984, concedida ao jornalista Octávio Ribeiro, em Paris) e da operação Tio Patinhas.

Em 1966, um grupo integrado por Paulo Melo (Almir), Lemos (Vanoli), Rene (Camacho), o Lelé (João Carlos) Altair (Amadeu) — Lili (Eni) outros e outras, idealizou um plano destinado a compor fundos e elementos de logística, destinados a equipar a Guerrilha de Caparaó. O plano se desenvolveria em duas frentes:

— um grupo montaria uma empresa destinada à compra e venda de carnes, veículos e outros bens de consumo;

— um segundo grupo desenvolveria uma atividade do tipo investimentos vários, no setor de serviços.

Desta forma nasceram dois empreendimentos, os quais, independentes entre si, se auto-apoiavam. Foram eles:

— Souza & Rodrigues, no primeiro caso, funcionando no Edifício do antigo Banco de Minas Gerais, na Rua da Praia, em Porto Alegre-RS. — o Grupo INTERFIS, funcionando na Galeria do Rosário, conjuntos 422 e 424.

Ao Grupo INTERFIS coube o trabalho de construir junto à Empresa Diner's Club uma fachada que permitisse a obtenção de cartões de crédito para pessoas com dupla identidade.

O Grupo Souza & Rodrigues teve vida curta e, embora conseguindo um tangível resultado financeiro para a causa revolucionária, nunca atingiu o volume alcançado pelo Grupo Interfis.

O plano inicial previa o deslocamento de duas equipes munidas de identidades falsas, apoiadas pelos cartões do Diner's Club, que fariam "compras de elementos vários e jóias" em todo o Brasil, isto é: de Manaus a Porto Alegre

Em 25 de novembro de 1966, uma equipe partiu de Porto Alegre, viajando para a cidade de São Paulo, em um ônibus da Viação Minuano. Em 26 de novembro de 1966, em São Paulo, esta equipe assumiu sua identidade operacional e viajou — via Cruzeiro do Sul — para a cidade de Manaus, via Rio de Janeiro e Belém do Pará. Em Manaus, a operação Tio Patinhas teve início.

O resultado foi altamente positivo, durante 30 dias de corrida pelo País milhares de jóias; centenas de armas; gravadores; transmissores, receptores, lunetas; material cirúrgico; roupas; ressuscitadores e muitas outras mercadorias, em número representativo. O destino destes produtos foi o seguinte: os equipamentos embarcados para Porto Alegre foram entregues à guarda dos responsáveis pela área (Tenente Wilson, Amadeu e Paulo Mello). As jóias e outros valores, transportados diretamente para Montevidéo e entregues à direção revolucionária subordinada ao Dr. Leonel. Também tiveram mesmo destino todos os comprovantes relativos às compras da Operação Tio Patinhas.

Vejam bem V. Exª: grande parte dos equipamentos adquiridos nesta operação foram apreendidos pelo Exército, na Serra de Caparaó. As jóias nunca mais foram vistas, e o mais grave: os comprovantes encaminhados a Cuba, como "rendição de contas por gastos realizados na preparação da Guerrilha de Caparaó".

Vejam bem, Senhores: encaminhar tais documentos a Cuba, como comprovantes de gastos realizados, foi um dos atos mais hediondos praticados pelo grupo do Dr. Leonel, pois aí ficou caracterizada a traição aos companheiros de Três Passos e Caparaó. E esta manobra inominável, covarde, traiçoeira, teria passado desapercebida, se não fosse um feliz acaso, envolvendo um dos integrantes da operação — Dr. Carlos Galeão Camacho (O Renê), que, em 1971 — exilado no Chile — conhecendo membros da Embaixada da República de Cuba, foi convidado a visitar aquele país. Naquele país, tomou conhecimento da ajuda cubana a brasileiros, entre 1964 à 1969, e, para sua suspresa, encontrou os documentos com a sua assinatura, quando da referida operação. Ficou, então, constatado que o trabalho realizado com enorme sacrifício em 1966 havia beneficiado somente a um grupo de trapaceiros e corruptos.

Hoje não uso metáforas Vou direto ao assunto: em nome da sua aparente dignidade, em nome da sua pregação anticorrupta, eu exijo que o Dr. Leonel de Moura Brizola — Governador do Estado do Rio de Janeiro, venha a público esclarecer, como prometera há quatro anos, onde foram gastos os recursos cubanos e os recursos da Operação Tio Patinhas.

E espero, Sr. Presidente, que, desta vez, não apareçam por aqui alguns serviçais do Dr. Leonel, para contestar o incontestável.

Sr. Presidente, quando assomo a esta tribuna, faço-o de peito aberto e sem covardia. Não uso prenome, não uso sombras, não uso telefone. Venho aqui cobrar, em nome de 800 mil eleitores do Rio de Janeiro, a dignidade que o Sr. Lenoel de Moura Brizola nos prometeu. E logo mais apresentarei à imprensa do todo o Brasil o Dr. Carlos Galeão Camacho e o Sr. João Carlos da Luz Gomes, ex-integrantes da operação Tio Patinhas, que prestarão à imprensa todos os esclarecimentos necessários para que nunca mais os bobalhões que me acusaram de estar envolvido com a segurança cometam a imoralidade de repetir tamanha agressão.

Agnaldo Timóteo não vem aqui representando nenhum interesse; vem aqui representando a sua consciência. Quero que o Dr. Leonel Brizola preste esclarecimentos e que não saia com evasivas, como tem feito até agora.

Peço a V Exª, Sr. Presidente, que autorize a inclusão em meu discurso de matéria sob o título "A fidelidade às origens a nossa e a do Sr. Brizola", tirada do **Jornal do Brasil,** do dia 31 de maio, página 7, primeiro caderno, e transcrita do **Jornal da Tarde,** do dia 30-5-84. Estou feliz porque parece que hoje, a partir das 17 horas, alguns bobalhões terão um novo conceito a respeito de Agnaldo Timóteo. Posso não ser um político hábil, mas sou homem de dignidade intocável.

Era o que tinha a dizer

*ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR*

## A FIDELIDADE ÀS ORIGENS. A NOSSA E A DO SR. BRIZOLA

Nunca foram fáceis as relações entre o poder e a imprensa. E não poderia deixar de ser assim. Afinal, cada vez mais, ela se afirma como a maior arma da sociedade civil na luta para impedir que o Estado continue avançando sobre seus direitos. Assim, é natural que os detentores do poder — principalmente nos países politicamente subdesenvolvidos, onde a sociedade civil ainda não está protegida por instituições sólidas e leis destinadas a controlar o poder do Estado, e em que, portanto, esta função da imprensa se afirma com força redobrada — a encarem como a grande inimiga a ser combatida.

Quanto maior, portanto, for a tendência de um governante de expandir os limites do seu poder pessoal, maior será a sua tendência de encarar a imprensa não como uma aliada, na medida em que é um instrumento para chamar sua atenção para falhas de sua administração a serem corrigidas, ou em que sirva de porta-voz dos anseios e direitos da sociedade civil perante os governantes, mas como o grande obstáculo a impedi-lo de, à custa destes direitos, obter maior poder pessoal. O caso do governador Brizola, do Rio de Janeiro, é típico: nas últimas semanas, começando pelo **Jornal do Brasil,** a imprensa livre de todo o País tem publicado uma série de fatos que podem ser resumidos no seguinte:

— numa época de crise financeira sem precedentes no Brasil, em que todas as prioridades administrativas, em função do pouco dinheiro disponível e da generalizada carência da população, têm de ser pesadas e medidas com um cuidado expecional, o Banco do Estado do Rio de Janeiro concede um empréstimo de 11 bilhões de cruzeiros a uma firma de engenharia para a construção de 600 casas de veraneio num balneário da região dos lagos fluminenses;

— o vice-líder do partido do próprio governador na Assembléia do Rio, Mariano Gonçalves (e não a imprensa), afirma que alertou previamente o governador para a irregularidade desse empréstimo (isso sem mencionar a sua imoralidade), lembrando-o de que a mesma firma que o obteve fracassara duas vezes antes, em projetos semelhantes, também financiados com dinheiro público, encontrando-se em débito com o BANERJ.

— também o presidente do BANERJ, nomeado pelo governador, Carlos Augusto Rodrigues de Carvalho, estava informado sobre os antecedentes da empresa beneficiada, porque tinha participado, ainda como Secretário da Indústria e Comércio do mesmo governo Brizola, de investigações sobre os

seus fracassos precedentes, que resultaram em sua inadimplência com o banco;

— toda a área técnica do banco deu parecer contrário ao empréstimo, baseada nas mesmas informações, mas os que tentaram resistir foram demitidos quando se alegaram "critérios políticos" para que o empréstimo fosse concedido, apesar de tudo.

Nenhum desses fatos, obviamente, foi **criado** pela imprensa Ela se limitou a transmitir ao público a sua seqüência juntamente com os comentários e conclusões dos próprios correligionários do governador e dos funcionários do BANERJ.

Mas em vez de investigar responsavelmente o caso — como seria de se esperar se tivesse sido tomado de surpresa pelos fatos, se visse neles uma tentativa de abuso de poder por parte de algum membro do seu governo, o que de modo algum o comprometeria pessoalmente —, o governador Brizola, com a irresponsabilidade que o caracteriza, enxergou em todo o episódio apenas mais uma "conspiração da imprensa contra seu governo", da qual participariam o **O Estado de S. Paulo,** o **Jornal do Brasil** e a **Tribuna da Imprensa,** cujos diretores "se teriam reunido para discutir uma campanha" contra ele. Afirma ainda o Sr Brizola que com isso esses diretores, que cita nominalmente, "estão voltando às suas origens".

Não sabemos bem a que quis referir-se o construtor do Sambódromo com essa frase, e como ela poderia, de qualquer maneira, retirar desta seqüência de fatos, e da reação do governador a eles, tudo que eles têm de evidente. Mas não deixa de ser um tema que pode ajudar a compreender as reações do Sr Brizola.

Falemos, portanto, de origens

Dada a preferência do governador pelas questões ideológicas, supomos que é a isso que ele se referia, já que a alternativa seria, talvez, genealógica...

Se for assim, temos de chamar sua atenção para o fato de que, no nosso caso, não se trata de uma volta às origens, já que delas nunca nos afastamos. A história deste jornal é a história da luta contra todas as formas de abuso do poder no Brasil, desde os tempos do Império Fomos republicanos depois de termos sido abolicionistas, e, durante toda a nossa história republicana, lutamos contra todas as formas de ditadura que, com maior ou menor sucesso, se implantaram — ou que se tentou implantar — entre nós, sem olhar nunca para o seu "colorido idológico" Sofremos por isso prisões, agressões físicas e exílios, quando se tratou da ditadura fascista (ainda que morena) do Sr. Getúlio Vargas; sofremos atentados a bombas, sofremos pressões e perseguições nas formas mas sutis do corte do crédito oficial em um país em que o Estado domina esta área, ou, mais explícitas, na forma da censura ou da discriminação na distribuição da publicidade oficial ou de inúmeros processos pela Lei de Segurança Nacional daquela que se estabeleceu depois de 1964.

Ao longo de todas essas lutas chegamos a cruzar nosso caminho — embora sempre em direções opostas — algumas vezes com sua excelência, que , justiça seja feita, também se tem mantido coerente, sob todos os aspectos, em seu alinhamento com algumas das formas que o autoritarismo e a ditadura tomaram ao longo da nossa História: com o "fascismo moreno de Getúlio Vargas", por exemplo, ou com o "totalistarismo populista" de João Goulart, mais recentemente Também se orgulha o governador de ter cerrado fileiras ao lado daqueles terroristas que tentavam combater nossas palavras com bombas, há poucos anos.

Reconhecemos que também no caso do Sr. Brizola tudo isso não é mais que estrita fidelidade às suas origens Afinal, formou-se o governador no ambiente das lutas entre os caudilhos riograndenses — cuja violência marcou sua própria família com uma tragédia —, de nenhum modo favorável à expansão das idéias liberalizantes em política. Esse ambiente, em que a violência e a degola eram os únicos argumentos válidos, também não era propício a facilitar a compreensão do papel da imprensa livre nas democracias. Talvez isso explique por que o governador do Rio prefereriu sempre alinhar-se com aqueles que recorrem às bombas quando seus argumentos fracassam, e tem por modelos os regimes e os países onde o primeiro ato do governo ao tomar o poder é sempre eliminar a imprensa livre

Mas o governador Brizola também manisfesta uma coerência irrepreensível no que diz repeito ao seu modo de encarar os dinheiros que lhe são confiados, não fazendo concessões ao seu "colorido ideológico". Já seus ex-companheiros de guerrilha se queixavam do desaparecimento de uma misteriosa verba cedida por Cuba aos guerrilheiros, que lhe foi confiada num momento de perigo Cobrado, o Sr Brizola não deu explicações, convincentes aos seus ex-companheiros, como agora se recusa a dar explicações convincentes sobre o destino que deu ao dinheiros do Banerj.

Mas aquilo tudo se passou nos bons tempos da clandestinidade, onde não havia nem papéis nem testemunhas, nem a incômoda imprensa Agora que é governador, e, o que é pior, num regime que, apesar de tudo, garante a liberdade de expressão, as coisas não poderão ser resolvidas, ao menos por enquanto, com uma simples acusação de "inimigos do povo" a todos aqueles que ousarem mostrar quem, na verdade, é o Sr. Brizola.

Transcrito do **Jornal da Tarde** de 30-5-84

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Rollemberg.

**O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG** (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs Deputados, a atuação do Banco do Nordeste, tanto no equacionamento dos problemas econômicos-financeiros da região, como na captação de recursos para o seu desenvolvimento, tem merecido a confiança dos administradores, dos políticos e do povo nordestino, quando, apesar da precariedade de disponibilidades, se mostram satisfatório os investimentos feitos, na medida das disponibilidades existentes.

Sabemos todos que o problema nordestino, é, simultaneamente, infra-estrutural e conjuntural, agravando-se as precariedades da estrutura econômica nos períodos das estiagens, a última das quais flagelou, durante nada menos de cinco anos, cerca de um terço da população brasileira ali radicada.

A divisão da propriedade fundiária, os antiquados processos de cultivo do solo, a fraqueza do cooperativismo, a gravidade dos problemas médio-sanitários, contribuindo para reduzir a capacidade laboral do homem nordestino, resumem os principais problemas da estrutura regional, a exigir, há meio século, eficazes providências do Poder Central.

Já o principal problema conjuntural se apóia, de um lado, na reduzida capacidade de arrecadação tributária dos municípios e, de outro, no fenômeno aleatório das secas.

A união desses dois fatores negativos contribuiu para que uma crise na SUDENE, a partir de 1969, viesse a agravar-se dez anos depois, com o início da longa estiagem, agora parcialmente atenuada pelas chuvas em dois terços do território da região.

Tal o contexto, Sr. Presidente, em que se afirma a atuação do Banco do Nordeste do Brasil, superiormente dirigido pelo Sr. Camilo Calazans, que se tem comportado, na condução dos seus negócios, como um autêntico nordestino.

Mas esse notável homem público não conta com a admiração apenas dos nordestinos, senão de todos os brasileiros, tendo angariado, também, prestígio internacional. Agora mesmo, Camilo Calazans foi reconduzido, no dia 18 de corrente, à Presidência da Associação Latino-Americana de Instituições Financeira de Desenvolvimento, órgão do maior prestígio no Continente, para o mandato de mais um ano.

Ao congratular-nos, neste instante, com S Sª pela justíssima escolha feita durante a XIV Assembléia Geral da ALIDE, queremos salientar que essa escolha foi feita por aclamação.

Esperamos que o novo Presidente da ALIDE a conduza à realização dos seus propósitos, e auguramos o maior êxito à sua próxima reunião, na cidade de Cartagena, na Colômbia.

Era o que tínhamos a dizer, Sr Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao Deputado Oswaldo Melo.

**O SR. OSWALDO MELO** (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr Presidente, Srs. Congressistas, as sociedades modernas há muito reconheceram a importância do lazer na qualidade de vida das populações. Centros recreativos, colônias de férias, urbanizações das belíssimas praias brasileiras, modernização da infra-estrutura de turismo são medidas estimuladas pelo Governo, visando a fortalecer esse importante setor da economia, que é o turismo interno e, ao mesmo tempo, proporcionar ao povo brasileiro condições para o justo desfrute do lazer.

Causa surpresa, portanto, tomar conhecimento de notícias que dão conta da subtração de terreno sabidamente destinado ao turismo e ao lazer, em detrimento do bem-estar da população.

Esta é exatamente a perplexidade da Assembléia Legislativa do Pará em face da informação da concorrência de terreno para monopólio de exploração de plantio de coqueiral, com área de 284 hectares, na Ilha de Ajuruteua.

Há muito o Estado do Pará vem preparando à área em referência um grande projeto turístico, anseio do seu povo e estímulo importantíssimo ao turismo no Estado.

A rodovia que ligará Bragança à Praia de Ajuruteua, iniciativa das mais importantes na implantação desse projeto, representou desafio de vários anos e contou com o apoio dos governos anteriores, de Fernando Guilhon ao atual

No momento, entretanto, de se entregar à população essa obra inestimável, o povo é surpreendido com a aquisição do terreno por uma firma, num monopólio injustificável, em frustração aos anseios longamente acalentados

O loteamento da área, sua urbanização, a construção de um privilegiado recanto de lazer representam aspectos de um sonho em ameaça de desvanecer-se

A área, de propriedade da União, teria sido alienada, ainda, por preço substancialmente inferior ao que permitiria um loteamento dirigido à constituição de área urbana para turismo.

Por considerar de suma importância para o Município de Bragança e também para o Estado do Pará as condições da referida concorrência, trago a esta tribuna um apelo às autoridades competentes, especialmente ao Serviço do Patrimônio da União, no sentido de que exami-

nem com atenção necessária a reivindicação da Assembléia Legislativa do Pará, de anulação da concorrência, para que o projeto turístico planejado para a Ilha de Ajuruteua possa concretizar-se e proporcionar à população o bem-estar que merece.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Passos

**O SR. DARCY PASSOS** (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr Presidente, Srs. Congressistas, criticam alguns e abusam outros da posição do grupo Só-Diretas, que tenho a honra de integrar. Alguns tipos de críticas, na verdade, se convertem num verdadeiro elogio, desses que se traduzem numa posição estritamente baseada em princípios éticos Como acreditamos — e todos deveriam acreditar — que a ética deve reger toda conduta humana, seria muito difícil imaginar que no plano da política, onde o povo reclama do baixo nível moral, se considerasse críticas e acusações relativas à posição política estritamente ética Se fosse estritamente ética, eu, orgulhosamente, a assumiria de novo

Outros dizem que é uma posição estritamente programática. Mas se a fidelidade a princípios programáticos dos partidos fosse generalizada, todos nós desta Casa, sem nenhuma exceção, seríamos do bloco Só-Diretas, porque todos os programas de todos os partidos aqui representados têm as eleições diretas, em todos os níveis, como princípio programático inegociável.

Dizem outros que é algo desligado da realidade social deste País Mas estivemos muitos — a maioria desta Casa — dizendo ao povo, o que não é tão importante, mas ouvindo do povo a condenação do Colégio Eleitoral, chamado espúrio e ilegítimo. Nós, que participávamos da campanha pró-diretas, sentíamo-nos até um pouco masoquista, porque, em cada ato, a nós, que, não por nossa vontade, mas por imposição do autoritarismo, estávamos travestidos da condição de colegiais, era imputada a condição espúria do próprio Colégio Eleitoral.

Estar fiel à pregação do povo já deixa se der ato estritamente ético ou estritamente programático. Mas há mais Quando se sustenta a ilegitimidade do Colégio Eleitoral, não se está fazendo apenas um juízo ético, embora haja conteúdo ético no julgamento, não se está fazendo apenas um julgamento programático, embora haja um conteúdo programático no julgamento. O Colégio Eleitoral foi um instrumento do autoritarismo, para dar frutos, conhecidos desde sua implantação. Sucessivas alterações foram feitas para que o Colégio constituísse o espelho fiel do autoritarismo, de tal sorte que qualquer imagem que nele se refletisse fosse a imagem do regime econômico e do modelo político que nos desgraçam há 20 anos.

Não importa quem vá ao Colégio Eleitoral pedir a ratificação de anseios confessáveis ou não. A imagem que surge no Colégio Eleitoral não é distorcida; é uma imagem fiel ao modelo político imposto pelas armas a este País Qualquer que seja o nome, com qualidades positivas ou negativas, que saia do Colégio Eleitoral não terá autoridade, não apenas moral, mas autoridade política para governar este País e tirá-lo da crise, já que a crise é consequência do modelo político e, sendo o Colégio Eleitoral o instrumento de manutenção do modelo político e, conseqüentemente, de manutenção do modelo econômico, ele o é da crise Em função disto, é gesto político

Tivemos oportunidade de comunicar nossa adesão a toda a estrutura partidária do meu Estado Espero que ela compreenda Se não compreender e me julgar, julgará em função de uma decisão tomada de acordo com a consciência, a ética, o programa do partido e a campanha popular.

É inútil imaginar que, no Colégio Eleitoral, o choque se dá entre aqueles que são contrários à situação do Brasil e aqueles que são favoráveis à manutenção dessa situação Pela sua própria natureza, o Colégio Eleitoral — e aqueles que defendem a participação das Oposições no Colégio muitas vezes confessam isso — só pode permitir nomes palatáveis, deglutíveis, aceitáveis, toleráveis Ora, na medida em que os nomes têm esse perfil, serão, de alguma forma, fiéis ao regime que justamente infelicita o povo e o põe politicamente nas ruas. Ser do bloco Pró-Diretas, é obrigação ética, é obrigação programática e sobretudo, é um gesto político. A contradição se dá entre povo e antipovo, e o antipovo se reúne no Colégio Eleitoral

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

**O SR. FRANCISCO DIAS** (PMDB — SP. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaria de utilizar este tempo, nesta manhã, para manifestar nossa adesão aos funcionários públicos federais, que, ontem, tiveram um dia de reflexão, de estudo, de análise dos problemas que enfrenta essa grande e sofrida classe. E nós nos juntamos ao seu clamor, sabendo de há muito tempo quais são suas reivindicações: melhoria de vencimentos, 13º salários, reajuste semestral etc.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, queremos dizer que o funcionalismo estadual de São Paulo, embora sofrendo os horrores da crise e sob perspectiva um pouco sombria quanto ao reajustamento dos seus salários, vive numa situação um pouco melhor que o federal, pois o atual Governador de São Paulo, André Franco Montoro, já instituiu a retroatividade do pagamento, passando a ser ele feito, ao invés de em 1º de março, em 1º de janeiro; o reajuste semestral e há também uma possibilidade, através de ações do Governo, de ser pago o 13º salário, que já é uma conquista antiga. Portanto, comparando o funcionalismo estadual de São Paulo, cujas reivindicações considero muito justas, com o funcionalismo federal, verificamos que este está muito longe de conquistar aquilo que já conquistaram os servidores do meu Estado. Estamos sabendo que ontem houve uma reunião de uma comissão da alta cúpula do governo paulista com as classes interessadas, visando a estudar o reajuste do funcionalismo, que se dará a 1º de julho de 1984. Queremos, primeiramente, parabenizar o Governo que tomou essa iniciativa, convocando as classes para esse estudo preliminar

Em segundo lugar, fazemos um apelo ao Sr. Governador no sentido de que atende, de modo muito especial, para essas reivindicações do funcionalismo de São Paulo, tão brioso, tão laborioso, tão extraordinário, mas tão relegado por Governos que pouco fizeram para colocá-lo no real lugar que merece.

Portanto, ficam meus parabéns ao Governador de São Paulo pela reunião de ontem, iniciando estudos para o aumento do funcionalismo em 1º de julho, e o meu apelo patético a S. Exª, no sentido de que resolva o problema de todo o funcionalismo do Estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela fineza da tolerância do tempo. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni, pela Liderança do PT.

**A SRª IRMA PASSONI** (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, primeiro quero registrar aqui dois tópicos da matéria publicada no "Correio Braziliense" de hoje, página 11, sob o título: "Povo está comendo menos, constatam supermercados":

> "O presidente da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), João Carlos Paes Mendonça, previu ontem, durante depoimento na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, que o País deverá enfrentar alguns problemas de abastecimento interno no segundo semestre, particularmente quanto ao arroz, milho e feijão. As dificuldades, segundo ele, resultarão de uma safra agrícola aquém da expectativa inicial e a inexistência de estoques reguladores."

Mais adiante:

> "A população está comendo menos". Esta foi a constatação do diretor de compras do grupo Pão de Açúcar, Silvio Bresser Pereira, ontem, ao revelar ter havido, na rede de supermercados do grupo, a maior do país, uma quede de 8 por cento no consumo de gênero alimentício em abril e maio, em relação aos mesmos meses de 1983. "Esta é a inflação do pobre", observou.

Essas duas questões, Sr. Presidente, nos levam a registrar aqui as dificuldades que o brasileiro enfrenta para sobreviver. Não se diz que decresce a compra de supérfluos, mas, sim, que o povo brasileiro passou a comer menos gêneros essenciais à sua sobrevivência. Isto nos leva a algumas constatações. Se temos 8 milhões de Km² de terra, se temos grandes propriedades; se há uma grande propaganda no sentido de que a produção de grãos cresceu muito; se o Sr. Presidente da República, na China e no Japão, diz que podemos exportar grãos; se se diz que se fez a maior reforma agrária do País, mas falta comida para o povo, alguma coisa está errada. Está provada a tese de que não é exportando grãos que se atende às necessidades essenciais da população, a primeira das quais é o alimento para a sua sobrevivência.

Constatamos, em segundo lugar, que para a povo brasileiro, falta mais comida. Portanto, a estrutura agrária brasileira não resolve a questão principal da população, que é a produção dos alimentos essenciais — arroz, feijão e milho — que dão em qualquer lugar desta País. Basta o mínimo de orientação, o mínimo de distribuição de sementes.

E lemos ontem muitas reportagens sobre o assunto. No Nordeste, para onde o Governo manda sementes, o povo tem de acampar para exigi-las. É um absurdo que milhões de trabalhadores rurais hoje estejam acampando ora num local, ora noutro, com suas enxadas, seus instrumentos de trabalho, e não tenham terra para trabalhar. É um absurdo que os trabalhadores rurais se humilhem, peçam licença para poder trabalhar na terra, e ninguém lhes conceda sequer o arrendamento. Primeiro, o trabalhador rural não tem terra; segundo, não tem como arrendá-la; terceiro, não tem semente; e, quarto, não há uma política de abastecimento neste País. O Ministério da Agricultura tem de ser incriminado, porque não atende às necessidades da população brasileira. Também o INCRA e o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários são co-responsáveis pela fome do povo brasileiro. E isto é gravíssimo, é muito sério. Não há como negar que essa política agrária, essa política alimentícia está errada Atinge até o próprio comércio, que reclama que o povo está comprando menos. Mas o que é aterrorizador é que a população brasileira está comendo menos alimentos essenciais para sua sobrevivência. Então, não é possível pensar apenas em exportação, exportação, exportação. Se não se garante o mínimo à população brasileira, não há possibilidade de exportar. Mas dizem que vamos continuar com a política de exportação. Diz o Sr. Paes Mendonça aqui, neste jornal, que o Governo está forçado a realizar importação de arroz, milho e que já foram autorizadas compras externas de feijão e óleo de soja. É incompreensível, porque produzimos soja e fabricamos óleo. Chega-se ao absurdo de exportar o óleo produzido no Brasil, que vai ao exterior e depois é importado, voltando ao País com o dobro do preço. E vamos recomprar aquilo que nós mesmos produzimos. Que políti-

ca de exportação é esta? Que política de abastecimento é essa?

A política agrária precisa ser motivo de debates, de lutas. O trabalhador rural age à sua moda: ele vai, ocupa a terra e tenta trabalhar. Os nordestinos ocupam armazéns e tentam arrancar as sementes que lhe restam para poder plantar O povo brasileiro é preguiçoso? Pode-se dizer que o povo brasileiro não produz por que não quer? Isto não é verdade, porque o trabalhador quer a terra, quer a semente; o que não há é uma política agrária de proteção ao pequeno e médio produtor, que garante a produção de alimentos, e não o grande letifundiário. Então, é este problema que precisa ser resolvido, não só em vista dele, mas também da nossa própria mesa. Não haverá comida na mesa do Sr. Ministro, se não houver produção. É evidente que ele tem os mecanismos de importação, mas isso é um absurdo, um descalabro.

Não sei se adianta apelar, mas registramos que é preciso que se adote uma política agrária urgente, uma política de abastecimento urgente. É vergonhoso assistirmos, a cada dia, à mortalidade infantil crescente, à diminuição da média de vida do povo brasileiro. Estamos quase no ano 2000, mas vivendo a realidade da pré-história brasileira, e isso é vergonhoso para nós, que estamos nesta Casa Além disso, é preciso que se julguem em praça pública os Ministérios, os órgãos que têm a posse da terra e não a cedem ao povo brasileiro.

Em seguida, Sr. Presidente, consulto o tempo que me resta pela Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Dezesseis minutos

**A SRª IRMA PASSONI** — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de registrar aqui dois documentos entregues ontem às Lideranças de todos os partidos, tanto no Senado como na Câmara. O primeiro traz reivindicações da Federação dos Servidores Públicos de Brasília e está vezado nos seguintes termos:

Brasília, 30 de maio de 1984

Senhor(a) Parlamentar

A Federação dos Servidores Públicos de Brasília, entidade máxima dos servidores da União e do Governo do Distrito Federal, integrada por 18 associações de servidores públicos, dentre as mais expressivas da capital da República, representando, aproximadamente, 100 mil trabalhadores do Estado, apresenta a Vossa Excelência o mais veemente protesto contra a malfadada política econômica e social imposta arbitrariamente pelo Governo a todas as classes trabalhadoras brasileiras e, especialmente, à categoria de servidor público, que está sendo marginalizada e transformada, ano após ano, no segmento social mais conspurcado da sociedade brasileira.

Tal situação, sem sombra de dúvida, decorre de muitos fatores, principalmente dos impedimentos ilegítimos que são impostos à categoria, como a proibição de se sindicalizar; os salários fixados sempre abaixo do INPC, da inflação e da alta do custo de vida; a não percepção do 13º salário, a não aplicação do reajuste semestral e a não percepção de um piso salarial que valorize e dignifique a categoria.

Todavia, tais circunstâncias não arrefece de maneira alguma o espírito classista que norteia a conduta dos dirigentes da Federação na defesa dos interesses da classe e de suas entidades filiadas, uma vez que, desde à época do denominado "Milagre Brasileiro", esta Entidade vem denunciando de forma vigorosa que os servidores públicos são os trabalhadores que mais vêm sofrendo as consequências desastrosas da política salarial ditada pelo governo a ferro e a fogo.

Agora, com a dívida externa de mais de 100 bilhões de dólares e a interna de mais de 40 trilhões de cruzeiros, a situação da categoria é mais desesperadora e as perspectivas do aprofundamento de sua penúria, nos impõe, mais uma vez, clamar pelos anseios, aspirações e objetivos dos servidores públicos, consubstanciando-os nas reivindicações básicas abaixo definidas·

I — Encaminhamento ao Congresso Nacional do Novo Estatuto do Servidor Público, estabelecendo regime jurídico único;

II — Piso salarial equivalente a duas vezes o salário-mínimo vigente no país;

III — 13º Salário para os servidores estatutários;

IV — Quinqüênios para os servidores celetistas;

V — Reajuste semestral, no mínimo, de 100% do INPC;

VI — Revogação do artigo 566 da CLT, dispositivo inconstitucional, que proíbe a sindicalização do servidor público, amparada pelo art. 166 da Constituição e pela Convenção 151 da OIT;

VII — Aprovação do projeto de lei nº 1.100-A, pelo Senado Federal, que reconhece a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, como Entidade máxima da Categoria.

São essas, Senhor (a) Parlamentar, as reivindicações básicas que a categoria vem há vários anos, pacientemente, pleiteando, junto às autoridades constuídas, sem que nenhuma resposta lhe seja dada.

Certos de que encontraremos, por parte de Vossa Excelência, apoio para que esta Entidade possa negociar com o governo as pretensões legítimas da categoria, subscrevemo-nos atenciosamente.

Diretoria da F.S.P.B. — José Manoel de Paula — Presidente

O outro documento refere-se às reivindicações da categoria, também em nome dos cem mil trabalhadores de Estado, em que a Federação dos Servidores Públicos de Brasília nos encaminha alguns pedidos nos seguintes termos:

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista que examina a Emenda à Constituição nº 11, de 1984, Deputado Jarbas Vasconcellos.

A Federação dos Servidores Públicos de Brasília, Entidade máxima dos servidores da União e do Governo do Distrito Federal, integrada por 18 Associações de Servidores das mais expressivas da Capital da República, representando, aproximadamente, 100 mil trabalhadores do Estado, vem expor aos ilustres membros dessa Comissão, algumas preocupações com relação a dispositivos contidos na supramencionada Emenda, bem como nas subemendas a ela apresentadas:

I — Pretende o Poder Executivo continuar encaminhando ao Congresso Nacional, no recesso, decretos-leis estabelecendo correção salarial para os servidores públicos, valendo-se de interpretação distorcida do item III, do artigo 55 da Constituição que, tão-somente, lhe possibilita fixar vencimentos para cargos criados e não para o funcionalismo em geral. É tradição no Direito Constitucional pátrio, o encaminhamento, por parte dos Poderes Executivos, quer a nível estadual ou municipal, de projetos de leis às Casas Legislativas para que elas aprovem os vencimentos dos servidores públicos. Assim, propomos a seguinte redação para o item III, do artigo 55: "criação de cargos públicos e fixação de seus respectivos vencimentos".

II — Pretende o Poder Executivo dar poderes jurisdicionais aos Contenciosos Administrativos, retirando o direito consagrado do servidor recorrer ao Poder Judiciário quando exaurir os procedimentos na defesa de seus direitos na esfera administrativa. É um retrocesso inadmissível. Já se pronunciaram, contrariamente, inclusive, magistrados de Tribunal Superior.

III — Pretende o Poder Executivo manter o espúrio e repudiado Colégio Eleitoral que conspurca o sentimento de toda a nação brasileira, demonstrado nas massivas manifestações das Diretas Já, único processo eleitoral que poderá conciliar todo o povo brasileiro na luta para tirar o País da mais profunda crise política, econômica e social em que foi colocado;

IV — Pretende o Poder Executivo manter a população do Distrito Federal afastada de suas decisões políticas, procedimento inadmissível num País civilizado e democrático. Somos pela representação política no Distrito Federal, de forma a consultar os interesses do conjunto da população, ou seja, em todos os níveis político-administrativos.

São essas, Senhores Membros dessa Comissão, de forma bem reduzidas as preocupações a que nos referíamos e que gostaríamos que passassem pela reflexão de Vossas Excelências, subscrevemo-nos atenciosamente.

Diretoria da FSPB — **José de Paula,** Presidente."

E também a Federação das Associações dos Servidores Universidades Brasileiras faz suas reinvidicações: Reposição salarial de 64,8% retroativa a janeiro de 1984 — e isto foi consagrado nesta Casa, na semana passada, com a aprovação de decreto beneficiando os militares, tornando-se necessário a sua extensão aos civis; reajuste semestral de 100% do INPC, a partir de julho de 1984; piso salarial de três salários mínimos; direito de sindicalização; mais verbas para a educação e implementação da Emenda João Calmon — e não se falsifique novamente a proposta nesta Casa, dizendo que aquela liberação de 11 bilhões de cruzeiros, que é complementação orçamentária aprovada aqui no dia 12 e publicada no **Diário Oficial** do dia 17, responde a esta questão.

Não há resposta para esta questão. É preciso que realmente se aplique 13% do orçamento da educação, especificamente na área de educação e ensino. É falho o argumento de que a ESG e os Ministérios da Aeronáutica, da Marinha e do Exército já aplicam essas verbas. Essa é uma falsa verdade que não podemos admitir, porque o MEC tem orçamento específico, assim como os outros Ministérios. E é preciso dizer agora que os 13% destinados à educação serão justificados pela aplicação dos outros Ministérios. Então, muito bem. Juntamos o bolo todo num único cofre e vamos distribuir equitativamente para todos os Ministérios, considerando-se o item educação à parte, também, das verbas dos Ministérios da Aeronáutica, Marinha e Exército. Aí tudo bem; pode ser até que o MEC ceda. Mas é um absurdo dizer-se, nesta Casa, que os 13% já estão sendo aplicados, através de verbas, três Ministérios militares — do Exército, da Marinha e da Aeronáutica — destinam à educação.

Outras reinvindicações: democratização das universidades brasileiras, horário corrido de trabalho, bolsas de estudo para os servidores e seus dependentes, creches em locais de trabalho.

É um absurdo que os próprios órgãos públicos federais não apliquem a lei federal, que determina a instalação de creches em empresas onde trabalhem mais de 30 mulheres. Por que aos servidores públicos, nas suas entidades públicas, não é dado o direito de proteção a seus filhos enquanto trabalham?

Reivindicam também, esses servidores, restaurantes universitários. E acrescentam.

"No entanto, é indiscutível a necessidade da interferência de V. Exª em defesa de nossas reivindicações.

Na certeza de que teremos o seu apoio, subscrevemo-nos, Vânia Galvão — Presidente da FASUBRA."

Registro, portanto, essas reivindicações dos servidores públicos federais, cada um na sua instância.

Consideramos, como todos os trabalhadores brasileiros, que a prioridade, hoje, é o emprego, para garantir o salário e a sobrevivência. Já não o supérfluo — volto a dizer — mas garantir a alimentação para continuar vivo.

Registro, pois, o nosso apoio à luta dos servidores públicos pelas reivindicações encaminhadas às Lideranças desta Casa ontem, dia nacional de luta dos servidores públicos

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 6 e 15, de 1984-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.074 e 2 086, de 1983.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) Passa-se à

## ORDEM DO DIA

**Item 1:**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1984-CN (apresentado como conclusão de Parecer proferido oralmente pelo Senhor Deputado Nilson Gibson), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.077, de 20 de dezembro de 1983, que fixa alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) nos Territorios Federais, e dá outras providências.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta de 23 do corrente, às 11 horas, ficando a votação adiada por falta de "quorum"

A matéria deixa de ser submetida à votação, em virtude da falta de número regimental nas duas Casas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — **Item 2:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 12, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2 075, de 20 de dezembro de 1983, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil nos casos de fusões e incorporações, e dá outras providências

A matéria constou da Ordem do Dia da Sessão conjunta de 17 do corrente, às 11 horas, deixando de ser apreciada em virtude da falta de "quorum" para o prosseguimento dos trabalhos

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutí-lo, encerro a discussão

A matéria deixa de ser votada em virtude da falta de **quorum.**

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — **Item 3:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 21, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2 085, de 22 de dezembro de 1983, que dispõe sobre a fixação de alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias no Distrito Federal, e dá outras providências

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutí-lo, encerro a discussão

A materia deixa de ser votada em virtude da falta de **quorum.**

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — **Item 4:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1984-CN (apresentado como conclusão de Parecer proferido oralmente pelo Senhor Deputado Joacil Pereira), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2 076, de 20 de dezembro de 1983, que altera o artigo 16 da Lei nº4 595 de 31 de dezembro de 1964, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 1 638, de 6 de outubro de 1978

A materia constou da Ordem do Dia da sessão conjunta do dia 22 do corrente, às 18 horas e 30 minutos, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos

Em discussão o projeto (Pausa.)

Não havendo quem queira discutí-lo, encerro a discussão

A matéria deixa de ser votada em virtude da falta de **quorum.**

**O SR. PRESIDENTE** (Marecelo Miranda) — Está encerrada a sessão

*(Levanta-se a sessão as 11 horas e 10 minutos)*

# Ata da 129ª Sessão Conjunta, em 31 de maio de 1984

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

### *Presidência do Sr. Moacyr Dalla*

*ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES.*

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — João Lobo — José Lins — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon

*E OS SRS DEPUTADOS:*

**Acre**

Alércio Dias — PDS; Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS, José Mello — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

**Amazonas**

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

**Rondônia**

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

**Pará**

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS, Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS, Vicente Queiroz — PMDB.

**Maranhão**

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS, José Ribamar Machado — PDS, Nagib Haickel — PDS, Vieira da Silva — PDS, Victor Trovão — PDS.

**Piauí**

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS, Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

**Ceará**

Aecio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB, Cláudio Philomeno — PDS, Evandro Ayres de Moura — PDS; Furtado Leite — PDS, Gomes da Silva — PDS, Haroldo Sanford — PDS, Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS, Mauro Sampaio — PDS, Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB, Sérgio Philomeno — PDS

**Rio Grande do Norte**

Agenor Maria — PMDB; Antônio Camara — PMDB, Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS, Vingt Rosado — PDS.

**Paraíba**

Adauto Pereira — PDS; Aluízio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB, Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS, Joacil Pereira — PDS, João Agripi-

no — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

**Pernambuco**

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB, Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB, Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

**Alagoas**

Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

**Sergipe**

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

**Bahia**

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS, Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB, Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS, Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

**Espírito Santo**

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

**Rio de Janeiro**

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT, Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS, Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

**Minas Gerais**

Aécio Cunha — PDS, Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS, Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS, Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB, José Ulisses — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS, Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

**São Paulo**

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB, Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB, Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB, João Bastos — PMDB; João Herrmann — PMDB, Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB, Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Côdo — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

**Goiás**

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS, Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

**Mato Grosso**

Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB, Levy Dias — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Ubaldo Barém — PDS.

**Paraná**

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS, Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS, Renato Bernardi — PMDB, Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

**Santa Catarina**

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB, Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS, Renato Vianna — PMDB, Walmor de Luca — PMDB

**Rio Grande do Sul**

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS, Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB, Pedro Germano — PDS; Pratini de Morais — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

**Amapá**

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

**Roraima**

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 337 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares.

**O SR. ELQUISSON SOARES** (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, durante a sessão da Câmara dos Deputado, nesta tarde, o Deputado Egídio Ferreira Lima, em pronunciamento proferido durante o Grande Expediente, teria feito a seguinte afirmação: "A candidatura de Paulo Salim Maluf existe porque existe o Colégio Eleitoral". É um axioma, disto ninguém tem dúvida. A personalidade do Sr. Paulo Salim Maluf é repudiada por toda a Nação brasileira. Logo, se o processo eleitoral previsto na Constituição não fosse o do Colégio Eleitoral, essa condidatura inexistiria. É óbvio que a Nação não teria a chance de ele se apresentar em nenhuma convenção para pleitear ser Presidente da República. Mas, quando pessoas como Paulo Salim Maluf ousam pleitear a Presidência da República, é preciso que os homens de responsabilidade e que o Congresso Nacional lutem denodadamente para impedir que um mal desses aconteça a um País tão grande, a um povo com um futuro tão promissor Não tenho dúvidas de que não é possível, num contingente de 130 milhões de homens e mulheres, que não haja pessoa em condições de gerir os negócios públicos do Brasil. Com certeza podemos afirmar que o Sr. Paulo Salim Maluf não possui credenciais, condições morais para disputar a gerência dos negócios públicos de nosso País.

Tenho acompanhado pela imprensa o farto noticiário em torno do nome do Sr. Paulo Salim Maluf. Evidentemente, é um trabalho de **marketing,** um trabalho pago. Sendo empresas, os jornais, enquanto noticiam, não tomam partido. Os jornais não estão defendendo a candidatura de Paulo Maluf, e chegará um instante em que toda a Nação haverá de se unir para evitar esse mal ao

País. Mesmo no PDS, que, repito, é hoje um partido esfacelado e desacreditado junto à opinião pública — é preciso reconhecer, reafirmar e dizer, com todas as letras e com toda a ênfase — há homens em condições de gerir os negócios públicos do Brasil. Claro. Mas é preciso evitarmos o nome do Sr. Paulo Salim Maluf sob todos os aspectos e análises que se fizerem em torno de sua candidatura.

Sr. Presidente, tenho em mãos reportagem de abril deste ano, assinada pelo jornalista José Onofre, da Revista "Política e Economia", em que traça o perfil do Sr. Paulo Salim Maluf, como Prefeito de São Paulo e como Governador daquele Estado. Conta os métodos pelos quais ele chegou à Prefeitura e também ao Governo do Estado.

Ora, Sr. Presidente, nada mais além disso é necessário para que provemos junto à Nação que ele não possui qualificação para disputar o cargo que ousa disputar. E ousa porque existe o Colégio Eleitoral, reafirmo. Por esta razão é que queremos implodir este Colégio Eleitoral, para defender os interesses nacionais, para preservar a imagem do nosso País, para defender e preservar os interesses da Nação brasileira.

A reportagem, intitulada "A carreira do filho do golpe", diz, na primeira chamada:

> "Paulo Salim Maluf, como prefeito e governador, fez mais barulho do que obras. E as que realizou estão marcadas mais por sua necessidade de aparecer do que pela utilidade pública que deveriam ter Maluf quer ser um Juscelino, mas é apenas a forma degradada de 64. E talvez por isso seu melhor retrato."

Sr. Presidente, quando um homem como ele, aproveitando a degradação da vida política brasileira, que também reconhecemos, ousa comparar-se a Juscelino Kubitschek, não temos outro termo para definir essa ousadia do Sr. Paulo Salim Maluf, senão como sendo um insulto ao morto, ao grande estadista que foi Juscelino Kubitschek. E é mais uma razão para que este Congresso se levante e impeça que um malfeitor, um malversador de recursos públicos, que liquidou o grande Estado de São Paulo, hoje quase nivelado a qualquer Estado nordestino, um homem como ele possa afetar mais ainda a vida deste País, que é já insuportável, pelos vinte anos que vem sofrendo de arbítrio e de autoritarismo.

Peço a V. Exª que dê como inclusa ao meu pronunciamento essa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — V. Exª será atendido, na forma regimental.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ELQUISSON SOARES, EM SEU DISCURSO:*

**A CARREIRA DO FILHO DO GOLPE**

Paulo Salim Maluf, como prefeito e governador, fez mais barulho do que obras. E as que realizou estão marcadas mais por sua necessidade de aparecer do que pela utilidade pública que deveriam ter Maluf quer ser um Juscelino, mas é apenas a forma degradada de 64. E talvez por isso seu melhor retrato.

*José Onofre*

Não é estranho, nesse momento em que o País busca uma alternativa política regeneradora, o experiente e matreiro Senador Dinarte Mariz, 81 anos, representante do PDS pelo Rio Grande do Norte, defender seu candidato à Presidência da República afirmando que "Maluf será um novo Juscelino, com grande capacidade de conciliação e um amplo domínio dos fatos econômicos". Assim, Mariz fez na edição da revista Veja do dia 25 de janeiro deste ano Estranho é que a afirmação seja aceita sem discussões e colocada ao lado de outra: "Ele (Maluf) é o agressivo político civil gerado pelo cruzamento do regime do AI-5 e da abertura, da mesma forma que Juscelino Kubitschek foi o rebento simpático da união entre o Estado Novo e a Constituição de 46" Estabelece-se um fio de história entre os períodos de exceção e abertura política, pelo qual ambos seriam engendradores das lideranças capazes de extrair o País de periódicas crises de identidade, fazendo-o retomar não apenas seu destino econômico mas igualmente costurando as divisões e modelando o novo platô da conciliação nacional.

Trata-se de um modelo sugestivo, talhado à imagem da sístole e diástole com que o general Golbery do Couto e Silva, em palestra na Escola Superior de Guerra, organizou uma teoria possível da dialética básica do que acaba sendo a ação conservadora brasileira Mas se os poetas são bons e os exemplos apreciáveis, o varão escolhido para a tarefa precisa ser melhor examinado. As grandes personagens capazes de conduzir os momentos mais iluminadores das transições históricas têm como característica principal a capacidade generosa de vincular seu ego aos interesses dos negócios públicos, mesmo quando não perfeitamente conscientes desse compromisso que sua prática estabeleceu e mesmo quando não apoiados nas formas mais democráticas de gerir a Nação. Os grandes farsantes e oportunistas realizam esse movimento com sutil, mas fundamental, diferença: adaptam a necessidade dos negócios públicos aos interesses de seu ego predatório.

Nos seus 18 anos de vida pública, Paulo Salim Maluf comprova estar no segundo caso e o seu desempenho como prefeito da cidade de São Paulo e governador do Estado de São Paulo o indicam claramente como uma liderança incapaz de discernir o que é efetivamente uma necessidade social e econômica de um lance ruidoso de escasso valor para os negócios públicos. A característica principal do ego de Maluf é um exibicionismo maníaco na administração pública, o fenômeno consolidou-se nas toneladas de concreto de obras iniciadas espetacularmente e raramente concluídas. Por um processo psicológico a ser melhor estudado, Maluf ligou São Paulo ao seu sistema nervoso central e passou a operar a cidade e o Estado como extensões de si mesmo. Mas o que poderia ser classificado apenas de uma excentricidade política permitida pela forma como Maluf chegou ao poder, seja pela nomeação seja pela manipulação da convenção da Arena paulista tem a sua lógica.

A ação de Maluf, na definição do professor Jorge Wilheim, "dá prioridade ao markenting político extremamente individualizada, com o objetivo de criar para si mesmo a imagem de pessoa ausada e com isso construir a imagem política que persegue". Os meios para realização desse objetivo foram a prefeitura e governo do Estado. Em fevereiro de 1971, no último ano de sua gestão na prefeitura, Paulo Maluf encomendou uma pesquisa, que lhe custou Cr$ 21mil(US$ 4 mil, na época), para ficar conhecendo "o comportamento, as atitudes e opiniões da população com respeito às suas obras". O resultado dessa pesquisa paga pelos cofres públicos permanece privilégio do cidadão Paulo Salim Maluf e seus assessores políticos. Mas a administração é conhecida como o início de um estilo de exibicionismo político onde mais vale concentrar verbas numa obra vistosa, necessária ou não, do que dispersá-las na solução de problemas graves mas menos capazes de chamar com a mesma intensidade a atenção do público. Assim o "minhocão" foi construído apesar de todas as advertências e críticas (leia adiante) Ele é o primeiro momento em que a estratégia de Maluf aparecia na sua articulação principal: (a) concentração de verbas para (b) estabelecer uma ligação com as grandes empreiteiras e (c) apresentar à opinião pública um produto, bom ou mau, que o mantenha no centro do noticiário. O obstáculo principal ao projeto malufista de transformar sua gestão na prefeitura como base de uma operação política de mais porte era a gestão anterior a sua: Maluf ia dirigir uma Capital onde Faria Lima se havia destacado não apenas pelo que realizara mas pelo que projetara. Ele fizera a contratação e proposição de um Plano Urbanístico Básico, o PUB, a essa altura uma exigência da Lei Orgânica dos Municípios. O PUB fora encomendado por Faria Lima a um consórcio de empresas brasileiras (AsplaN e Montreal) e norte-americanas (Leo A. Daly, de Nebrasca, e Wilbur Smith, de Conecticut) que venceram uma concorrência internacional da qual haviam participado 45 empresas, entre nacionais e estrangeiras.

Quando em 67 Faria Lima optou pelo consórcio Asplan-Daly-Montreal-Wilbur Smith, apoiava-se em referências sólidas. A Daly tinha realizado o plano-diretor de dezenas de cidades norte-americanas, enquanto a Wilbur Smith realizara estudos de transportes integrados e sinalização para cidades como Londres e Nova York. O contrato firmado entre a prefeitura de São Paulo e o consórcio foi de aproximadamente US$ 4 milhões. Os financiadores foram o Ministério do Planejamento, através da Finep, e a Usaid. Depois de um ano de trabalho em que tomaram parte mais de 100 profissionais e 250 técnicos, o consórcio apresentou um relatório de 3.420 páginas, em seis volumes, um resumo de 144 páginas e um esboço em mapa, cuja impressão custou mais US$ 100 mil.

Nos meses que antecederam sua posse, Maluf reuniu-se várias vezes, no gabinete, com Faria Lima, e teve detalhado o PUB, que ainda deveria ser aprovado pelo Legislativo. A primeira coisa que Maluf fez, ao assumir, foi esquecê-lo. Não é difícil entender por quê. Não apenas Faria Lima havia sido um prefeito realizador, como também havia organizado um programa de obras e reformas urbanas que tomariam mais de uma gestão sem deixar de permanecer vinculados ao seu nome.

Fosse Maluf um político cuja ambição média ficasse sob controle de um espírito público também médio, ele trataria de concretizar o que fosse possível do PUB. Mas o PUB era Faria Lima. À sombra de Faria Lima, o ego e a ambição de Maluf, mesmo que ele tivesse algum espírito público, não poderiam suportar viver.

Dois meses depois de empossado, na prefeitura, Maluf já era brindado com editorial do *Jornal da tarde* (15 de maio de 1969) — "Por que Maluf arquiva projetos?". A interrogação surgia do fato de Maluf ter mandado arquivar cinco projetos de lei de Faria Lima. Logo em seguida, ficou notório que, além de se livrar dos projetos deixados por Faria Lima, Maluf tampouco tocava com rapidez as sombras já em andamento. Acusando as críticas que recebia, ele precipitou-se em encaminhar algumas delas, enquanto preparava a sua próxima jogada. No dia 10 de junho à noite, na televisão, Maluf apresentou seu próprio plano: em dois anos, prometia, ligaria a cidade de leste a Oeste, construiria 65 avenidas e 35 viadutos, asfaltaria 50 quilômetros de ruas e instalaria 18 mil luminárias. Sobre esta última promessa, acrescentava que isto significava colocar luminárias em mais de 480 quilômetros de ruas, "mais que os quatro anos da administração anterior, que colocou pouco mais de mil luminárias". Percebe-se, que, se a pá ainda estava no terreno das promessas, o desejo de Maluf era enterrar a administração anterior, o PUB e a perigosa comparação com Faria Lima. Na sua euforia, garantia que "não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado: trabalha-se 24 horas por dia".

POLÍTICA E ECONOMIA

Menos de um ano depois, em 8 de abril, o jornal **O Estado de S. Paulo** flagrava que às promessas de Maluf e a realidade havia um abismo e que o ritmo das obras não cumpria o cronograma (leia adiante, com detalhes). Já não eram apenas as obras de Faria Lima que atrasavam.

Do seu próprio plano apresentado na televisão, que ele afirmava ter sido resultado de um trabalho iniciado três semanas após a sua posse, em março de 69, estavam bastante atrasadas sete obras, sendo quatro viadutos, uma via elevada, uma ponte e um muro de arrimo As outras obras prometidas tinham sido, em parte, entregues, mas com atraso

Se as obras eram lentas, o prefeito era rápido. No seu primeiro ano de governo, em outubro, já havia mandado cofeccionar 3.800 placas de plástico, ao preço de Cr$ 36,88 cada uma (aproximadamente Cr$ 10 mil, hoje), para serem afixadas em obras e tendo seu nome no centro, em letras garrafais. O custo e o prazo de entrega mereciam pequeno destaque. Na Câmara Municipal, a imagem de Maluf, apesar do ruído e da promoção, não era exatamente a de um grande político capaz de conciliar as diversas posições de seu partido e nem a de um administrador produtivo. Os vereadores, em julho de 1970, pouco mais de um ano após a posse do prefeito, se diziam irritados por esperar horas e não obter uma audiência já marcada. Apesar de a cada 15 dias Maluf despachar de algum bairro da Capital, tudo se passava no terreno da fantasia.

Num desses despachos, conta Naylor de Oliveira, ainda no início de 69, Maluf havia prometido asfaltar a estrada IV Centenário Um ano depois sequer um grama de asfalto fora gasto ali. O que Maluf fazia, no fundo, era atropelar as administrações regionais, que já tinham seu próprio cronograma de realizações. Nos despachos nos bairros, Maluf prometia obras fora desse programa e, depois, já no gabinete, limitava-se a remeter instruções à regional, que se via dividida entre a realidade de sua programação e as promessas — sem verbas — do prefeito.

Quando esteve na Vila IV Centenário, os moradores pediram uma construção de um pequeno campo de futebol e outro para vôlei e basquete, mais um ou dois vestiários. Maluf achou o pedido muito modesto. Garantiu que iria "construir um balneário completo, com piscina, várias quadras, tudo muito bonito". Lamentavelmente para a Vila IV Centenário, o prefeito limitou-se a remeter instruções à Secretaria de Esportes, a qual carimbou e mandou para a administração regional, que sequer possuía, na ocasião, verba para completar seus modestos e rotineiros planos de instalar água e esgotos

A situação das regionais, pouco mais de um ano após a chegada de Maluf à prefeitura, era caótica. Pinheiros, com 800 mil habitantes — equivalente ao dobro da população de Brasília —, em abril de 70, já tivera quatro administradores e o quinto nomeado tinha como experiência anterior administrar a Vila Manchester. Dois administradores, para cada uma, eram a marca da Lapa, São Miguel, Vila Mariana, Penha, Ipiranga e Santo Amaro.

Em 21 de novembro de 1969, num programa de rádio, Maluf dissera que "até o final do ano, sob palavra de honra, não haverá mais inundações no parque D. Pedro II". Um homem morreu afogado, no parque D Pedro II totalmente inundado, um ano e três meses depois da afirmação de Maluf. Mas não era só o parque: em 25 de fevereiro de 1971, a cidade de São Paulo estava inundada como um pantanal. Apesar das promessas de construir mais 12 quilômetros de galerias, pouco havia sido tocado. Nem obras que os técnicos consideravam essenciais, como a retificação do canal do rio Tamanduateí e o entrocamento dos taludes no canal do mesmo rio, na ponte e na foz, haviam sido realizados. Mais que isto: sequer os serviços mais rotineiros, como a limpeza das galerias pluviais e dos leitos do Tietê e Tamanduateí ou dos 130 córregos e bueiros havia sido feita As críticas de vereadores e técnicos, por ocasião da grande chuvarada de fevereiro de 71, tinham apenas um alvo: a falta de atividades ou discernimento, talvez as duas coisas, da administração municipal.

O currículo de Maluf, prefeito coberto de viadutos entregues fora do prazo prometido, deve incluir igualmente o atraso das obras do metrô Em ritmo normal só estavam as obras do trecho 7, mas as dos trechos 2 e 3 sequer haviam sido colocadas em concorrência. Os demais trechos estavam em atraso. A administração de Maluf foi igualmente avara, em garantir um bom desempenho da Cohab. Até março de 1970, com um ano de governo, não havia entregue sequer uma casa. Mas esse marasmo não havia detido a Cohab de criar mais dois cargos diretivos, aumentando os ganhos de seu presidente de o equivalente a US$ 650 na ocasião para US 1 mil e os dos demais diretores para US$ 850. Havia igualmente incluído em seu acervo um carro Aero-Willys para o presidente e mais quatro peruas de luxo para os diretores. Atrapalhados com as compras e folhas de pagamento, os diretores perderam recursos de US$ 45 milhões do BNH, que acabaram deslocados para o então Estado da Guanabara. O que não os impediu de mudar sua própria sede, deixando um prédio onde pagavam US$ 600 de aluguel por outro, onde passaram a pagar quase US$ 3 mil, gastando mais US$ 50 mil em adaptações. Foi essa mesma Cohab que havia prometido, em junho de 69, fazer as seguintes entregas: 1.264 casas no Bororé; 1.451 em Guapira até agosto de 1969; 476 casas em Guarulhos (até setembro de 69); e 4.500 em Carapicuíba (até janeiro de 70). Nenhum dos prazos foi cumprido. Bororé chegou a ficar pronto ainda em 69, mas as casas não foram entregues nem conservadas. Duas, em abril de 70, já haviam desabado e outras 20 esperavam reformas para não ruirem. Além de construir pouco e não entregar, a Cohab cancelou contratos para a construção de mais nove mil casas, para mais tarde abrir novas concorrências.

Não se trata de um processo irracional. Maluf dedicava-se a concentrar seus recursos em obras que aparecessem, o que não era o caso de casas populares ou as pequenas tarefas de limpar bueiros para evitar enchentes. Além do que, por que cumprir acordos feitos durante o governo Faria Lima? Nessa obsessão por concentrar recursos, Maluf iniciou outra de suas operações básicas, que se repetiria no governo do Estado: não pagar as contas que não incluíssem os grandes clientes empreiteiros do Estado. Esses é que teriam a preferência para esta soma de recursos investidos, pois construíam as obras-vitrinas.

Mas mesmo nessa parte, nem tudo funcionava. O contrato para a construção de um complexo viário Rebouças-Dr. Arnaldo, assinado no dia 9 de outubro de 1969, estabelecia como data final para a entrega da obra 28 de fevereiro de 1970. O não-cumprimento do prazo implicaria multa e até na retenção de 5% de cada pagamento feito à empreiteira. Em abril de 70 ainda estavam sendo cravadas estacas de aço e só depois se iniciaria a escavação da galeria. Nada impediu que essa empreiteira de desempenho tão mediocre vencesse outras concorrências na prefeitura.

A capacidade de aumentar arrecadação através dos impostos mostrou, em todo caso, que Maluf pode ser eficiente Já ao fim de 69 os contribuintes viram o prefeito aumentar os impostos e taxas municipais bem acima dos reajustes salariais que, na ocasião, não podiam ir além de 23%. Maluf aumentou a taxa de limpeza pública em 40%, o imposto predial em 53%, o imposto de serviços em 72% e a taxa de pavimentação de ruas em 337%. E não se tratava de atualizar impostos, pois Faria Lima já o fizera em 66, ao aumentar os impostos em 62%. Naquela ocasião, Maluf, então na Associação Comercial, afirmou que "a elevação dos impostos da prefeitura nunca deveriam passar de 20%". Ele mesmo se encarregou de elevar várias vezes esse percentual, quando a previsão de aumento necessário era de 5,8%. E o contribuinte viu sua carga média de impostos subir mais de cinco vezes isso, no mínimo.

Apesar de exibir algo que se poderia tomar como fúria construtora, Maluf foi um desastre na prefeitura. Das obras contratadas por Faria Lima, ele atrasou 11 viadutos e pontes, quatro escolas técnicas, três mercados distritais, a Casa da Cultura da Penha e a Maternidade de Vila Alpina. Ainda sobre as obras iniciadas por Faria Lima, ele não entregou, ao sair, obras como a Maternidade de Vila Nova Cachoeirinha, que deveria ter ficado pronta em junho de 69; o viaduto Luís Antônio-Santo Amaro, da Radial Leste, cujo prazo era abril de 69; o Mercado de Pinheiros, que deveria ser terminado em maio de 69, e o de Pirituba, a ser concluído em junho de 69.

Em suas próprias obras, Maluf não foi mais feliz. Levantamento feito por **O Estado de S. Paulo,** em 18 de março de 1971, mostra que dos 35 viadutos e pontes prometidos, ele entregou, no prazo, oito viadutos e alargou mais quatro, além de uma ponte Fora do prazo, entregou oito viadutos, alargou mais um, fez cinco pontes e quatro escolas técnicas, além da praça Roosevelt e de Interlagos.

Os presidentes de sociedades amigos de bairro, do Ipiranga, em agosto de 70, no meio da gestão Maluf, deixaram bem claro o que sentiam: "Os despachos do prefeito estão mais desprestigiados que os de macumba, pois estes pelo menos ainda provocam algum efeito psicológico". Essa **performance** na prefeitura indica como um dos aspectos básicos da operação de Maluf em direção ao poder é entender que num regime fechado não necessariamente deve haver um vínculo entre o discurso e a obra. Uma longa sessão de promessas na televisão ou no auditório de algum bairro não é um compromisso que exija algumas operações futuras. O discurso, em si, e a coleção de promessas, por si só, já são uma obra de arquitetura política. As obras físicas, as construções, devem ser entendidas como um outro discurso, paralelo ao da conversa e da entrevista, sem qualquer vínculo com plataforma de governo ou lista de promessas. Prometer um ginásio de esportes e lazer para uma comunidade da periferia tem o mesmo valor político, para Maluf, que o de despejar homens, máquinas e concreto no local. Porque uma das características de Maluf é trabalhar misturando palavras e obras como se ambas possuíssem a mesma densidade. E, assim como as máquinas, o concreto e os trabalhadores não precisam seguir os prazos ou planos originais, as palavras igualmente deixam de significar um compromisso.

Basta assistir suas entrevistas. Maluf raramente responde uma pergunta direta. Ele atropela as regras do jogo e transforma o que deveria ser uma resposta clara num longo discurso em que fala sobre tudo, menos sobre o que lhe foi perguntado. Como uma criança que fala sem parar, sem conseguir explicar, afinal, quem foi que quebrou a sopeira que a vovó ganhou da baronesa. Falando, Maluf é liquefeito, ora adaptando-se ao recipiente, ora tentando escapar pelas frestas à disposição. E, como político aquoso, cuja identidade ideológica percorre todas as gamas do conservadorismo, ele não tem dificuldade de incorporar a gama completa das tendências direitistas. Não por acreditar nelas, mas porque elas são as dominantes, são a chave para a sua necessidade de incorporar qualquer forma de poder e notoriedade, alimento básico de sua natureza

O mesmo acontece no referente às obras de suas administrações. Não são projetadas a partir do interesse público, simplesmente são contratadas para ajudá-lo a construir essa imagem pública de empreendedor e para propiciar grandes negócios às empreiteiras. Ele as serviu com bocados gigantescos do orçamento do município e do Estado, para receber os apoios necessários a um projeto ambicioso, que acabaria por beneficiá-las.

Ao chegar ao governo do Estado, ele planejou um lance espetacular. Precisava de uma idéia forte, mesmo que não fosse muito boa. E, para quem pretende ter assumido, na Capital, a imagem que pertencia de fato a Faria Lima, o objetivo nacional era apossar-se da imagem de Juscelino Kubitschek. Nada melhor que realizar o pastiche de JK e anunciar a construção de uma nova capital.

A idéia, explica Jorge Wilheim, "não era boa, mas ruidosa o suficiente para manter Maluf permanentemente no noticiário". E, se passasse, a área destinada à nova capital se tornaria o paraíso das empreiteiras, envolvidas num negócio de meio bilhão de dólares só nas primeiras etapas.

Entre 1º de setembro de 78, quando anunciou o propósito de transferir a Capital, a 21 de maio de 80, quando, derrotado pela resistência do PMDB e da sociedade em geral, acabou retirando o projeto da Assembléia, Maluf jogou forte, a ponto de apostar o máximo na votação feita no Instituto de Engenharia para discutir o projeto. O apoio à Nova Capital, numa tumultuada sessão em 2 de abril de 1980, foi dado pela diferença de apenas um voto. Mas a decisão durou pouco mais de um mês. Uma comissão de inquérito, encarregada de verificar a lisura da decisão, acabou descobrindo a existência de irregularidades suficientes para anular a votação. E as irregularidades nasceram de um esquema montado por Maluf e seus aliados, que consistia, entre outras coisas, em fazer votar engenheiros da Sabesp, que não tinham direito estatutário a voto O principal foi, porém, a descoberta de que houve fraude na contagem final e, ao contrário de uma vitória de Maluf, o resultado fora um empate em 285 votos.

Denotada a idéia da Nova Capital, Maluf tratou rapidamente de inventar um novo projeto que o misturasse às grandes empreiteiras ao mesmo tempo que lhe garantisse notoriedade. A Paulipetro foi aposta segura: mesmo que o resultado fosse tão desastroso quanto foi, os contratos estavam feitos e, durante praticamente todo o período de seu governo, o projeto malufista resistiu como assunto permanente na imprensa. Não importa se o resultado final foram US$ 342 milhões gastos sem obter em troca uma xícara de petróleo. Estes Cr$ 500 bilhões de gastos mais as multas de Cr$ 100 bilhões que ainda deverão ser pagas pelo governo Montoro, que desmontou o esquema, significam barulho em torno de seu nome e grandes contratos para as empreiteiras. José Goldemberg, atual presidente da Cesp, lembra que "foi o nome da Cesp junto aos banqueiros internacionais que permitiu a captação de recursos. A outra parte, e isto é o pior, foi paga com recursos do ICM repassados à Cesp. O ICM é usado para pagar obras sociais, é dinheiro vivo Obras de infra-estrutura são pagas com empréstimos do BNDES com quatro anos de carência" Mas ainda era pouco. Assim como concentrou verbas e individou o consórcio Cesp-IPT para fazer funcionar a Paulipetro, Maluf igualmente tratou de outras obras de porte, compensando com vantagem (não para a comunidade, mas para ele só) os grandes investimentos, evitados com a rejeição da idéia da Nova Capital.

O RITMO DO PREFEITO MALUF

| Obra | Entrega prevista | Entrega real |
|---|---|---|
| Viaduto Pompéia | abril de 1969 | em obras |
| Viaduto Antártica | maio de 1969 | em obras |
| Viaduto Radial Leste-Oeste (av. Liberdade) | setembro de 1969 | em obras |
| Viaduto Radial Leste-Oeste (rua Santo Amaro e Brigadeiro) | agosto de 1969 | em obras |
| Viaduto Heitor Penteado | abril de 1969 | em obras |
| Ponte sobre o rio Pinheiros (av Morumbi) | junho de 1969 | em fase final |
| Viaduto no parque D. Pedro II (em direção à av. Alcântara Machado) | agosto de 1969 | em fase final |
| Viaduto de acesso a São Caetano (avenida do Estado) | junho de 1969 | em fase final |
| Viaduto ferroviário Santo Jundiaí (rua da Cantareira | outubro de 1969 | em obras |
| Complexo viário Rebouças Dr. Arnaldo | fevereiro de 1970 | em obras |
| Viaduto na av. Rodrigues Alves (sobre a futura av. Traição) | março de 1970 | em obras |
| Reconstrução do leito da rua Riachuelo | novembro de 1969 | em obras |
| Passagem inferior na av. João Dias (ligação com a marginal de Pinheiros | janeiro de 1970 | em obras |
| Passagem inferior na av. Victor Manzini (cruzamento com a marginal do Pinheiros | fevereiro de 1970 | em obras |
| Hospital do Tatuapé | julho de 1969 | em fase final |

**Fonte: O Estado de S. Paulo** — 8-4-70

Nos primeiros levantamentos feitos pela Secretaria do Planejamento do governo Montoro, evidenciou-se que o trato de Maluf com os dinheiros públicos sequer obedecia a sua própria lógica, uma vez que contratou mais do que poderia pagar e, além de legar ao futuro governo — que poderia ter sido do PDS — uma enorme dívida, sequer pagou seus principais clientes, atrasando o que devia a várias empreiteiras. Em depoimento à Comissão Especial de Inquérito da Assembléia Legislativa, em 25 de agosto de 1983, o secretário de Planejamento, José Serra, referiu-se ao "mau uso do dinheiro público". E isto se comprovava — ao mesmo tempo que confirmava o modelo Maluf de administração — no início "simultâneo de quatro barragens hidrelétricas e um canal, tocando, em plena crise econômica aguda, um programa absolutamente irrealista do ponto de vista financeiro e descabido do ponto de vista da necessidade", explicou Serra. As quatro barragens e o canal deveriam ter sido construídos isoladamente e aos poucos.

Em 80, explica José André Guillaumont Filho, atual diretor da Cesp, "já se percebia claramente os sinais da crise e começava a cair o consumo de energia elétrica. Em 81, chegamos a ter um crescimento negativo (ver gráfico) e a Eletrobrás vinha recomendando aos governos para não fazerem grandes investimentos em hidrelétricas até o final da década de 80 Maluf iniciou cinco obras e não concluiu nenhuma delas, que nem era necessárias imediatamente, embora se vá precisar delas dentro de alguns anos. E a única que terminou, a de Avanhandava, nem precisava ter sido terminada nesse prazo". E José Goldemberg acrescenta que a Cesp tem 30 grandes grupos de geradores encomendados ao exterior que só poderão começar a funcionar no fim da década "mas nós já estamos pagando os juros desses empréstimos".

Foi em razão disso, conta José Serra, "numa demonstração de irresponsabilidade, que a Cesp programou, em meados de 82, cerca de Cr$ 443,4 bilhões de investimentos em 83, aumentando o investimento em mais de quatro vezes em relação a 82". No mesmo depoimento, ao se referir à Sabesp, Serra argumentava que "toda a verdadeira tragédia econômica do plano de saneamento pode ser avaliada pelo fato de que, em março, menos de 5% dos esgotos eram tratados e já se haviam despendido 47% dos recursos previstos no plano em 76 e concluídos apenas 4% das estações de tratamento, 7% dos interceptores e 22% da rede coletora". Um dado expressivo sobre como Maluf desconsiderava obras que não lhe servissem como material de promoção: a média de contratos assinados com cooperados para estender linhas de eletrificação e telefonia rural, entre 1976 e 1978, foi de 4.400 cooperados por ano. Entre 79 e 82, o número caiu para 173 (ver boxe).

Endividamento, concentração em grandes obras e protelamento de pagamentos fazem parte do esquema básico de operação de Maluf, no que ele não deixa de se mostrar um bom filho, apesar de nem sempre reconhecido, da revolução de 64. Na prefeitura, ao fim do seu primeiro ano de governo, ele já havia desapropriado 1.200 casas para construir suas obras, não pagando nenhuma e atrasando por mais de oito meses os poucos pagamentos que fazia, a ponto de, ainda em 70, haver mais de 1.600 ofícios requisitórios que a prefeitura não atendia. Nessa época, nas três varas da Fazenda Municipal, os juízes chegavam a expedir diariamente 30 ordens de pagamento. No governo do Estado ele não pagou sequer um dos 17 milhões de metros quadrados tornados de utilidade pública por Paulo Egídio. No próximo mês de maio, este pagamento deverá equivaler a outra Paulipetro, cerca de meio trilhão de cruzeiros.

As relações de Maluf são difíceis com o governo federal não porque o seu modelo nada tenha a ver com a maneira como o regime implantado em 64 trata a administrão pública. A corrupção em nível federal não foi menor e o endividamento foi bem maior, com uma quantidade semelhante de grandes obras tocadas em meio a uma crise e, agora, paralisadas, ou em ritmo lento. Maluf só não é o filho dileto da revolução porque ele evidencia-se como uma forma ainda mais degradada do sistema federal. Como afirmava Antônio Gramsci, quando um mundo entra em declínio e outro não se afirma, produzem-se na sociedade os fenômenos mais perversos. O discurso aquoso de Maluf, sempre buscando adaptar-se às circunstâncias, é confundido com flexibilidade ideológica e política. Na verdade, Maluf não dá importância a nenhum modelo e esquema que não seja o seu. Assim como atrasa o pagamento das empreiteiras, pode abandonar um candidato indicado por ele a sua própria sorte e sequer é capaz de considerar que há uma contradição entre a sua necessidade de posar de conciliador e o fato de organizar uma milícia de jagunços para agredir quem o vaia. Ele só possui limites em relação à democracia, que pode ocasionar-lhe a desagradável experiência da contestação a sua vontade. Mas qualquer tendência ao autoritarismo mais extremado não entra em contradição com a sua excessiva auto-referência. Pré-Galileo, o sol da sociedade gira porque gira ao seu redor.

Esse egoísmo político não é perigoso apenas porque contraria um ideal social. Ele é ineficiente, como provaram seus governos. Mas, nas circunstâncias precárias em que vive o Brasil, ele pode ser, também, eficaz na sua vocação para o engano. Cantado por alguns como o ho-

INVESTIMENTOS REALIZADOS

**Valores em Cr$ 1.000,00** **Base: março/1983**

**Eletrificação Rural**

| Ano | Cooperados | | Valores das dotações | | Valores financiados | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qte. | % | Históricos | Atualizados | Históricos | Atualizados |
| 1976 | 796 | 8.2 | 24.000 | 983.280 | 27.315 | 1.119.096 |
| 1977 | 4.550 | 46.7 | 13.000 | .373.360 | 145.315 | 4 173.447 |
| 1978 | 3.599 | 37.0 | 20.000 | 414 200 | 180 178 | 3.731 486 |
| 1979 | 518 | 5 3 | 30.834 | 416.259 | 32 441 | 437.967 |
| 1980 | 41 | 0.4 | 62.717 | 426.476 | 7 302 | 49 654 |
| 1981 | 45 | 0.5 | 2.000 | 6.580 | 17 719 | 58.295 |
| 1982 | 88 | 0.9 | 162.830 | 275 183 | 66.438 | 112.280 |
| 1983 | 98 | 1 0 | 35.000 | 35.000 | 67.984 | 67.984 |
| Totais | 9.735 | 100.0 | - | 2 930 338 | - | 9.750.209 |

**Telefonia Rural**

| Ano | Cooperados | | Valores das dotações | | | Valores financiados | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| acac | Qte. | % | Históricos | Atualizados | % | Históricos | Atualizados | % |
| 1976 | 517 | 11.9 | 10.000 | 409.700 | 24.0 | 15 696 | 643.065 | 8.0 |
| 1977 | 2.448 | 56.5 | 21.000 | 603.120 | 35.0 | 151.107 | 4.339.793 | 53.0 |
| 1978 | 1.370 | 31 6 | 10 000 | 207.100 | 12.0 | 138 898 | 2.876.578 | 34 0 |
| 1979 | - | - | - | - | - | 4.567 | 61.655 | 1 0 |
| 1980 | - | - | 25 000 | 170.000 | 10 0 | 44 150 | 300.220 | 4 0 |
| 1981 | - | - | 86 892 | 285 875 | 16 0 | - | - | - |
| 1982 | - | - | 13.001 | 21.972 | 1.0 | - | - | - |
| 1983 | - | - | 29 000 | 29 000 | 2.0 | - | - | - |
| Totais | 4.335 | 100.0 | - | 1.726.767 | 100 0 | - | 8.221.311 | 100.0 |

**Eletrificação e Telefonia Rurais**

| Ano | Número | Cooperados Atendidos | | Valores financiados | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Históricos | Atualizados | Históricos | Atualizados | % | | |
| 1976 | 256 | 1.313 | 9.3 | 43.011 | 1.762.285 | 9.8 |
| 1977 | 243 | 6.998 | 49,7 | 296.422 | 8 513.833 | 47,4 |
| 1978 | 244 | 4 969 | 35.3 | 319.076 | 6.607.426 | 36.8 |
| 1979 | 219 | 518 | 3.8 | 37.009 | 499 517 | 2 8 |
| 1980 | 41 | 0.3 | 51 452 | 349.942 | 1 9 | - |
| *1981* | *203* | *45* | 0.3 | 17 719 | 58.269 | 0 3 |
| 1982 | 198 | 88 | 0.6 | 66.438 | 112 487 | 0.6 |
| 1983 | 187 | 98 | 0.7 | 67.984 | | 0.4 |
| Totais | - | 14.070 | 100.0 | - | 17.971 743 | 100 0 |

**Fontes:** Diretoria. Administração. Eletrificação. Telefonia e Orientação

**Obs.:** Arredondamentos Estatísticos Atualização pelo Índice Geral de Preços — Oferta Global — Revista Revista Conjuntura Econômica — Fundação Getúlio Vargar

mem do destino, Maluf representa apenas a distorção inevitável de 20 anos sem liberdade, ou com liberdade escassa

### O TRISTE ROTEIRO DE MALUF

**Imprevidente mas calculista, Maluf concentrou grandes verbas em realizações fracassadas ou inacabadas.**

**E, ao favorecer as empreiteiras e endividar o Estado, abandonou serviços e obras básicos para a população.**

### O ERRO MINHOCÃO

Os 3.600 metros de asfalto do minhocão custaram US$ 9 milhões (Cr$ 11 bilhões, hoje) fora as desapropriações. Ao ser inaugurado, em 24 de janeiro de 1971, por seu idealizador e construtor, prefeito Paulo Salim Maluf, seus problemas eram evidentes. Suas duas pistas, *com 17 metros ao todo, eram estreitas e inseguras; só* permitiam a passagem de dois veículos em cada sentido; não tinham acostamento; a altura do canteiro central não era suficiente para evitar a mudança de pistas num acidente ou evitar o ofuscamento por faróis no tráfego noturno Maluf o construiu contra toda a opinião técnica, com a pretensão de transformá-lo na obra máxima de sua administração.

A idéia não era nova. O projeto de criar uma via capaz de escoar o tráfego da Radial Leste surgira na administração Faria Lima e fora bastante criticada. (O Plano Urbanístico Básico recomendava a construção de manchas retangulares de vias expressas que seriam complementadas *por vias arteriais, todas com um mínimo* de 14 metros de largura. Essa seria a forma orgânica de trânsito.) Os técnicos de Faria Lima desistiram de construí-la, pois, sendo uma via arterial, apenas transferiria os problemas do trânsito de um lugar para outro. Maluf ressuscitou essa idéia morta — e enterrou o PUB — apesar de advertido de que destruiria o comércio da São *João, depreciaria os imóveis da zona e criaria problemas* sérios de poluição, além dos prejuízos que causaria à paisagem urbana.

### A OUTRA CAPITAL

O argumento de Maluf para construir a Nova Capital *era o de que São Paulo, em 20 anos, seria ingovernável:* crescia uma Brasília por ano; já estava buscando água a 60 quilômetros de distância e breve estaria buscando a 200 quilômetros. A Nova Capital não só acabaria com o crescimento populacional explosivo como ajudaria a desenvolver o interior. Entre setembro de 78, quando lançou a idéia, e maio de 80, quando foi derrotado na Assembléia, as razões de Maluf foram contestadas por técnicos e urbanistas. A Nova Capital custaria um investimento inicial de meio bilhão de dólares e não retiraria *de São Paulo, num primeiro momento, mais que 60 mil* habitantes (15 mil funcionários e famílias), pouco para uma cidade que, na época, recebia 16 mil migrantes por mês. Jorge Wilheim, secretário de Planejamento de Paulo Egídio, mostrava pesquisas provando que o crescimento de São Paulo não se devia a um grande desequilíbrio entre nascimentos e mortes, mas à migração. Na época, 41% dos habitantes da Capital não haviam nascido ali. Técnicos afirmavam que desviar meio bilhão de dólares do local onde moravam 10% da população brasileira para fazer uma cidade que, em alguns anos, não teria mais que 600 mil habitantes significaria que não haveria dinheiro para estender um metro de canos de água ou esgoto. E a Capital não serviria de pólo de atração porque as mesmas pesquisas indicavam que o migrante vinha para São Paulo não porque ali estava o governo, mas em busca de: 1) emprego; 2) atendimento *em saúde;* e 3) *maior leque de oportunidades educacionais.* Ao argumento de Maluf de que a venda de terrenos pagaria a Nova Capital, Wilheim lembrou que Brasília não conseguiu vender seus terrenos por um quarto do custo investido. E todos, da associação de geógrafos a engenheiros, urbanistas ou editorialistas, afirmavam que seria bem mais razoável investir na descentralização indus*trial, projetos de saúde e educação públicas e formas de* conter a migração. Afinal, naquele momento, São Paulo era uma cidade onde, como afirmava **O Estado de S. Paulo** de 9 de dezembro de 1978, um quarto da população "não tem água encanada, dois terços não têm esgotos".

### OS POÇOS SECOS

Entre 1980 e 1982, Maluf gastou dois terços do que projetava investir na Nova Capital para descobrir petróleo Abriu mais de 20 poços numa região onde a Petrobrás já abrira 70 e nada achara, consumindo US$ 342 milhões (aproximadamente Cr$ 500 bilhões) para não achar uma gota de petróleo e localizar pequenas quantidades de gás, não comercializável. A Petrobrás o havia advertido de que o petróleo encontrável na região de São Paulo não valia o investimento. As possibilidades, informavam os técnicos, eram de 1.250 fracassos — poços secos — para um êxito. Na época, se gasto em compra de petróleo (US$ 29 a unidade), poderia ter adquirido 11 milhões de barris, ou alimentado 4,5 milhões de alunos carentes durante 25 anos ou ainda sustentar por dez anos as operações do Hospital das Clínicas. Desse dinheiro, Cr$ 628 milhões (valor atualizado) foram gastos em

aproximadamente 80 viagens ao exterior, feitas por 30 pessoas ligadas ao consórcio Paulipetro

Os contratos entre a Paulipetro e as empreiteiras davam a essas, direitos de cobrar multas por suspensão de operações que ultrapassassem em muito os limites habituais. Em abril de 83, pouco mais de um mês após a posse do governo Montoro, os primeiros encarregados da desativação da Paulipetro calculavam que apenas para uma empreiteira, a Andrade Gutierrez, teriam de pagar uma multa de quase US$ 100 milhões. Só para desativar quatro sondas das empresas Badra Astrafor e Enterpa Drilling, em agosto de 82, a Paulipetro pagou US$ 6,5 milhões. Não é estranho que os primeiros auditores nomeados pelo novo governo tenham declarado, em 18 de abril de 1983, que a operação Paulipetro "fora um crime perfeito". Um diretor da Petrobrás considerou a Paulipetro "mais um crime consumado sob a égide da impunidade garantida por hábeis estratagemas jurídico-contábeis".

Não se trata de algo descoberto tarde demais ou que Maluf não tivesse conhecimento. Em março de 82, o diretor da Supex, Superintendência dos Contratos de Exploração da Petrobrás, considerou "excepcionalsmente caro" um poço da Paulipetro em Cuiabá Paulista, perfurado por US$ 25 milhões. Mais caro, se for considerado o fato de que ele só tinha gás em pequena quantidade e misturado a água.

## USINAS INÚTEIS

Nos seus últimos três anos de governo, Maluf dobrou a dívida da Cesp sem acrescentar um quilovate à capacidade energética de São Paulo. Contrariando o planejamento da Eletrobrás, recomendando, diante da crise e da próxima entrada da energia produzida em Itaipu, que se adiassem os investimentos em hidrelétricas para o fim da década de 80, Maluf iniciou quatro usinas, tocou a todo o vapor a área construída de outra e iniciou a abertura de um canal. O resultado foi que a dívida da Cesp, que era de US$ 1,38 bilhão em 79, saltou 93%, para US$ 2.67 bilhões em 82. A própria dívida interna aumentou 40%, passando de Cr$ 480 bilhões para Cr$ 674 bilhões no mesmo período. O correto, na ocasião, diante do fato de que o mercado de energia estava ruim em 80 e chegou a ter crescimento negativo em 81, era no máximo, e num ritmo razoável, iniciar uma usina e terminá-la antes de começar as outras. Assim, as obras de Porto Primavera, Taquaruçu e Rosana, no Paranapanema, Três Irmãos e o canal Pereira Barreto, no Tietê, foram começadas ao mesmo tempo, em junho e julho de 1980, e Nova Avanhandava, também no Tietê, iniciada em outubro de 79, era construída num ritmo tal que em 82 estava tudo pronto. Exceto os geradores. Há pouco, foi instalado o primeiro.

O novo governo chegou a pensar em paralisar algumas obras, para prosseguir com outras mais prioritárias. Mas esbarrou nos contratos com as empreiteiras, que tornavam mais caro parar do que continuar operando. As obras continuam, por falta de verba, em ritmo lento, mas pagando juros em dólar. Além de gastar em obras desnecessárias, Maluf sequer tocou nos graves problemas de obsolescência nas redes de distribuição da Eletropaulo. Mas não deixou de gastar em publicidade. Dos Cr$ 6 bilhões gastos pelas empresas estatais em 1982, Cr$ 5,2 bilhões foram gastos pelas de eletricidade, um aumento de 340% em relação ao ano anterior.

## NOS ESGOTOS

Seguindo seu modelo favorito, que é o de concentrar recursos em poucas obras, o que as torna mais visíveis e mais atraentes para as grandes empreiteiras, Maluf conseguiu transformar o saneamento básico — necessidade da população e obrigação do Estado — num negócio em que os dois principais perdedores foram exatamente a população e o Estado.

Maluf concentrou na Baixada Santista e na Região Metropolitana 93% dos investimentos em saneamento, teoricamente beneficiando duas áreas base. Ao interior, onde estão 22% da população, não foram dedicados mais do que 7% dos gastos.

As dívidas da Sabesp, que eram de Cr$ 329 bilhões em 79 ( valor reajustado em março de 83), pularam 93%, passando a Cr$ 636 bilhões. E o serviço da dívida, que era de Cr$ 30 bilhões em 79 aumentou 133%, passando para Cr$ 70 bilhões em 83.

Mas isso não evitou que a falta de planejamento fizesse com que obras que deveriam convergir acabassem comportando-se como paralelas. Houve um grande descompasso na execução do plano de obras no sistema de esgotos da Região Metropolitana. O projeto previa a construção de três estações — Barueri, ABC e Susano. A estas estações corresponderia a extensão de receptores, que são os canos paralelos ao córrego que recolhe os esgotos. As três estações, em mais uma comprovação da síndrome, começaram simultaneamente. A única realmente concluída foi a de Susano, que é a menor, com capacidade para tratar 1.500 litros de esgoto por segundo. Mas até agora não trata mais de 200 litros por segundo, porque a execução da rede não acompanhou a da estação de tratamento. No ABC, onde já existe uma boa densidade de rede, a estação foi paralisada por falta de recursos. O que faz João Osvaldo Leiva, 49 anos, secretário de Obras e Meio-Ambiente, sintetizar a administração Maluf na área de saneamento numa frase: "Onde tem rede, não há estação de tratamento e onde há estação de tratamento, não há rede".

## VÔO DESASTRADO

Uma simples verificação nos assentamentos do pessoal da Vasp em março de 83 mostrou que, de seus nove mil funcionários, três mil foram contratados nos últimos dois anos do governo Maluf, sendo que 650 no último dia permitido pela lei, seis meses antes da eleição. Mas este não é o único problema sério da Vasp adquirido durante a gestão de Maluf. Há o caso dos bilhetes, já resolvido, e o caso dos Airbus. O caso dos bilhetes, já mostrado em *Senhor* nº 148, de 18 de janeiro passado, é simples: a Vasp comprava blocos de passagem — a um preço dez vezes maior que os vigorantes no mercado — da Gráfica São Luiz, que tinha igualmente o monopólio absoluto no fornecimento de bilhetes para as companhias de aviação do Cone Sul, até recentemente totalmente controladas por típicas ditaduras militares sul-americanas. A São Luiz cobrava, em média, Cr$ 1 mil pelo bloquinho colorido de papel que vale uma passagem e pela última remessa cobrara Cr$ 2.1 bilhões. Em dezembro, a Vasp realizou concorrência para encontrar novo fornecedor e conseguiu, pela mesma quantidade de bilhetes, um preço de Cr$ 210 milhões, dez vezes menor que o da gráfica que fornecia à administração ligada ao governo Maluf.

Já os Airbus da Vasp (do tipo A 300 B-2), que custaram US$ 60 milhões cada um, não devem valer, hoje, novos US$ 15 milhões, como mostrou a matéria de *Senhor* nº 151, de 8 de fevereiro último. Os Airbus comprados por Maluf são responsáveis por 40% da dívida da Vasp, hoje ao redor de US$ 420 milhões. Eles contribuem com 20% da receita, mas representam 25% do custo operacional.

Além disso, são aviões inadequados para longos percursos, por não possuírem tanque central de combustível O treinamento de pilotos em simuladores — máquinas que reproduzem as condições de vôo — precisa ser feito em Toulose, na França; é longe e caro. Mas vai piorar: a Airbus Industrie vai transferir esse equipamento para Jacarta, na Indonésia, onde estão 12 dos 17 aparelhos fabricados até hoje.

## FEPASA DEMOLIDA

A impressão dos engenheiros diante do levantamento feito na Fepasa logo após a posse do governo Montoro é a de que ela "parecia a ferrovia alemã depois da Segunda Guerra". O bombardeio, desta vez, fora uma gestão que recebera do governo Paulo Egídio uma ferrovia com linhas novas e novos vagões e devolvera outra. Dos 5.100 quilômetros de via férrea, só 4.600 funcionavam, e precariamente. Os trens desenvolviam uma velocidade média entre 15 e 20 km/h e foi necessário colocar 262 placas advertindo maquinistas para tomarem cuidados em trechos perigosos. A ferrovia, entre abril e junho de 83, teve uma média de 2,8 acidentes por dia. Essa é uma média, diz o atual presidente da Fepasa, Cyro Antônio Laurenza Filho, que "nenhum país do mundo se atreve a ostentar".

Dos 14.500 vagões disponíveis, mais de mil estão em conserto. Máquinas e equipamentos ficaram paralisados por falta de peças de reposição. Os serviços de via permanente foram descuidados a ponto de sequer limparem as canaletas, uma defesa contra as chuvas, e a erosão deixou alguns trechos de trilhos pendurados no vazio.

Os prodígios de desarticulação de Maluf não ficam nisto. O plano de eletrificação da ferrovia custou US$ 800 milhões e foram comprados 150 trens, embora não houvesse via para eles trafegarem. Boa parte deles está parada e alguns deles em recuperação dos estragos de armazenamento. Cinqüenta desses trens foram vendidos mais baratos para a Rede Ferroviária Federal.

Um dos negócios mais misteriosos de Maluf foi o plano de eletrificação contratado com a França. O contrato valia US$ 520 milhões e seriam eletrificados 600 quilômetros de vias e adquiridas 80 locomotivas. Desse total, US$ 180 milhões seriam para material importado da França e US$ 340 milhões para o material nacional. Só que os US$ 340 milhões que deveriam pagar a produção da indústria nacional tiveram algum outro destino. A encomenda à indústria foi feita, o empréstimo recebido, mas o dinheiro desapareceu. Enquanto isso, o novo governo tenta mostrar aos contratantes que as 80 locomotivas levariam aproximadamente dez anos para ser absorvidas e que seria melhor escalonar com menor velocidade a chegada ao Brasil das partes fabricadas na França, para a indústria nacional poder acompanhar a produção.

## O FIM DO CAMINHO

A situação nas rodovias não é muito diferente da da Fepasa. Dos 15 mil quilômetros de estradas pavimentadas — a maior rede nacional — quatro mil estão praticamente intransitáveis e há dossiê fotográfico, na Secretaria dos Transportes, onde o levantamento feito por engenheiros logo após a posse do governo Montoro mostra o impossível: durante o governo Maluf o DER praticamente não contratou nenhum peão para conservação e limpeza de bueiros. Estes, entupidos, não drenaram a água da chuva e o custoso asfalto das estradas paulistas ficou como uma casca sobre os buracos da erosão. Nos galpões e garagens, mais de mil máquinas e caminhões estavam em cavaletes ou desmontados, à espera de peças de reposição que não chegaram.

O governo passou dois anos sem comprar um único e solitário pneu para sua frota da Secretaria dos Transportes.

Para variar, uma grande obra desnecessária. A chamada rodovia dos Trabalhadores, paralela à via Dutra, tem um custo superior a Cr$ 200 bilhões. Seu objetivo ideal seria unir Cumbica, novo aeroporto metropolitano, a São Paulo. Só que a via Dutra já vinha sendo alargada pelo governo federal, que tinha previsto sua duplicação até Cumbica em função da expansão do aeroporto.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Fagundes.

**O SR. JOSÉ CARLOS FAGUNDES** (PDS — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente Srs. Congressistas, inegavelmente o aumento do custo de vida está sendo devido, em parte substancial, a uma certa ausência de fiscalização no que tange aos intermediários no jogo econômico, que prejudicam, ao mesmo tempo, os produtores e os consumidores, levando a parte do leão nas relações mercantis.

Temos recebido correspondência do interior de Minas Gerais, com uma certa frequência — e uma das últimas cartas nos foi endereçada pelo Sr. Clóvis Ferreira Coelho Pinto, de Juiz de Fora — assinalando a insuportabilidade das remarcações, praticamente semanais, nos preços dos produtos na quase totalidade dos estabelecimentos mercantins.

Em alguns casos, como no da carne, bastou que o Governo ameaçasse importar o produto para que os frigoríficos — quase sempre multinacionais e os que mais lucram com a comercialização — se mostrassem dispostos não apenas a congelar os preços, mas até a baixá-los um pouco.

Essa atitude governamental deve corresponder a outras providências assemelhadas, corretoras da excessiva ganância dos intermediários, quando, principalmente no setor farmacêutico — onde proliferam as tradicionais — deve ser baixada medida no sentido de que as remarcações se processem no máximo semestralmente, como ocorre com as correções salariais. Mais de noventa por cento dos consumidores — representando pelo menos mais de sessenta por cento do dinheiro aplicado na aquisição de mercadorias de primeira necessidade e utilitárias — estão contra o enriquecimento ilícito dessas empresas, como frigoríficos e farmácias, que ou fazem intermediação ou apenas importam remédios, sem maior contribuição para o desenvolvimento da tecnologia brasileira, ainda carente de "know-how".

Se o Presidente nos pede — diz o missivista — sugestões em lugar da crítica pura e simples, a nossa é no sentido de reduzir o custo de vida, pelo incentivo ao cooperativismo, pela solução mais barata dos transportes urbanos com o uso preferencial da energia elétrica, pelo incentivo à livre associação dos consumidores, impondo, aos comerciantes menos honestos, uma concorrência capaz de conter-lhes a ganância

Defende o nosso missivista a condidatura de Aureliano Cheves à Presidência da República, como único candidato, até agora, com suficiente apoio popular que justifique uma escolha indireta, conhecedor dos problemas nacionais, íntegro, com larga experiência política, capaz de promover uma verdadeira união interpartidária.

É preciso que venha resolver o nosso problema residencial, principalmente nos centros urbanos, onde os aluguéis aumentam em mais de cento e trinta por cento ao ano, havendo até correções semestrais, quando os salários e vencimentos se elevam a pouco mais de metade dessa taxa.

Enquanto isso, aumenta o número dos mutuários do BNH que recorrem à Justiça, sendo, em Juiz de Fora, a média mensal desses recursos em torno de duzentos e oitenta reclamantes.

Ao concordar com o nosso missivista, esperamos que o País marche para a solução dos urgentes problemas que denuncia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

**O SR. AGNALDO TIMÓTEO** (RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, simplesmente deplorável a conduta de alguns elementos do Comitê de Imprensa na tarde de hoje, a agresssividade de alguns, cujos nomes até prefiro não citar, mesmo porque as suas condutas divergiram flagrantemente da linha política dos órgãos a que pertencem. Tive a impressão de estar revivendo a desprezível "imprensa marron" que tanta vergonha causou a tão nobre classe, nos idos de 1960.

Veja bem. chamado ao Comitê, por dois jornalistas, para apresentar o Sr. Carlos Galeão Camacho, para marcarmos, como está marcado, para às 12h 30m desta sexta-feira, uma coletiva, com as presenças do referido senhor e mais o Sr. João Carlos da Luz Gomes (o Lelé), tive o desprazer de assistir a uma verdadeira agressão provocada pelo representante do "Jornal do Brasil", Carlos Marchi, e o Sr Rangel, querendo obrigar o referido senhor a dizer aquilo que somente será dito nesta sexta-feira.

O que me causa profunda estranheza, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é que o Sr. Carlos Marchi conversou demoradamente com dois Deputados do PDT, dando-nos a impressão de que a verdade do Sr. Carlos Marchi é a verdade do PDT ou, talvez, a verdade do Sr. Brizola, e não a verdade histórica que nós estamos denunciando à Nação, para que a mesma não se iluda com políticos profissionais e embusteiros que usam a pureza do povo de maneira habilidosa para benefícios espúrios.

Lamento, ainda, que o Deputado do PMDB, Aldo Arantes, para se exibir durante o tumulto, tenha acusado a este Deputado, como sempre, para não fugir à regra — e na falta de argumentos contestatórios e inquestionáveis — de "Agente do Governo". Como resposta, levou uma bolacha na cara, aplicada por este Deputado, para aprender a respeitar um colega.

Estamos fartos dos falsos comunistas escoceses.

Espero, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que todo este tumulto a que assistimos não tenha sido um disfarce para esconder a denúncia apresentada por este Deputado na primeira sessão de hoje, contra o Governador Leonel de Moura Brizola, exigindo que o mesmo venha a público e dê explicações claras, inquestionáveis, sobre como gastou os dólares de Cuba e da operação Tio Patinhas"

Sr Presidente, Srs. Congressistas, não sou psicopata nem maluco. Nem de longe quero indispor-me com os profissionais da imprensa. Sei que a imprensa é fortíssima. Derruba Presidentes, derruba Ministros, tudo com razão. Mas não vou aceitar, de maneira alguma, patrulhamento de pessoas comprometidas com os cofres do poder, muito menos de falsos ideólogos. Lamento profundamente o incidente. Mas é necessário que as pessoas entendam: A verdade é a verdade e não interessa a quem ela atinja. A verdade não pode ser questionada. E quando esses bobalhões quiserem provar alguma coisa contra Agnaldo Timóteo, que a provem Aliás, espero que a imprensa amanhã denuncie aquilo que estou cobrando de Leonel Brizola, que não seja uma farsa para esconder, mesmo porque dizem que temos muitos brizolistas. Infelizmente talvez não conheçam esse cidadão como eu hoje. Lamento profundamente. Mas verdade é verdade. E devemos dizê-la a qualquer um, mesmo que seja um profissional da imprensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aldo Arantes.

**O SR. ALDO ARANTES** (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaria de anunciar, aqui, à Mesa do Congresso que amanhã, na Câmara dos Deputados, apresentarei uma representação contra o Deputado Agnaldo Timóteo, por falta de decoro parlamentar. Na verdade, o Deputado Agnaldo Timóteo mentiu desta tribuna, e tenho como testemunhas, sem exceção, todos os integrantes do Comitê de Imprensa, que lá perceberam que eu estava dando uma entrevista acerca de um encontro que tive com outros membros do PMDB e com o Governador Leonel Brizola, quando o Deputado Agnaldo Timóteo foi desmoralizado, pelas suas mentiras, pelas suas calúnias, perante os jornalistas do Comitê de Imprensa. Diante do problema que se criou, eu me aproximei para saber o que estava acontecendo. E Agnaldo Timóteo, covardemente, porque estava desmoralizado, porque ali se manifestava como agente do SNI, como agente da repressão, procurou então me agredir Não deu nenhuma bolacha. Tentou agredir-me, e eu revidei, como revido agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Solicito ao nobre orador que se mantenha dentro do Regimento.

**O SR. ALDO ARANTES** — Sr. Presidente, o Deputado Agnaldo Timóteo agiu covardemente perante os membros do Comitê de Imprensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — O nobre Deputado Agnaldo Timóteo deve pedir o aparte, quando quiser apartear o orador que está na tribuna.

*(Apartes paralelos do Deputado Agnaldo Timóteo)*

**O SR. ALDO ARANTES** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na verdade, o que aconteceu hoje é simplesmente um desdobramento da situação em que o País está vivendo. O regime militar está desesperado. O regime militar já não tem mais forças para enfrentar o crescimento da luta popular e democrática e necessita de elementos como Agnaldo Timóteo para lançar lama sobre democratas e patriotas. Mas não conseguirão, Sr. Presidente. Não conseguirão porque, apesar de o Deputado Agnaldo Timóteo fazer suas acusações, o testemunho dos membros do Comitê de Imprensa foi unânime. Eu não vi um jornalista defendendo o Deputado Agnaldo Timóteo.

E é muito surpreendente que haja toda esta unanimidade A unanimidade existe, porque todas as tendências políticas, todos os jornalistas, unanimemente, sentiram que o Deputado Agnaldo Timóteo está a serviço do regime, está a serviço da mentira, está a serviço da repressão. E é por isso que venho anunciar a esta Casa que amanhã apresentarei uma representação, por falta de decoro parlamentar, contra este elemento que demonstra, pelos seus atos, que não é digno de representar o povo do Distrito Federal, não é digno de representar o povo brasileiro, não é digno de representar o povo carioca.

É por isso, Sr. Presidente, que os jornalistas estão ali posicionados, para que todos os Deputados e Senadores compreendam o que aconteceu. O Deputado Agnaldo Timóteo está desmoralizado perante este Congresso, está desmoralizado perante a opinião pública. E vou exigir da Mesa da Câmara dos Deputados que tome as medidas necessárias para enquadrar este indivíduo nas regras desta Casa, que exige decoro parlamentar dos seus integrantes

**O Sr. Agnaldo Timóteo** — Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. AGNALDO TIMÓTEO** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, seria lamentável se algumas pessoas negassem que esse Deputado me acusou de agente do Governo. Agora...

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — V. Exª pede a palavra por ter sido citado nominalmente? V. Exª tem 5 minutos.

**O SR. AGNALDO TIMÓTEO** — Exatamente.

O que é mais lamentável é que algumas pessoas ligadas ao Comitê de Imprensa tenham tido pressa desenfreada e não quisessem esperar amanhã para questionar, não a mim, mas o Sr. Carlos Damião Camacho e o Sr. José Carlos da Luz Gomes, o "Lelé." Eles é que deverão ser questionados pela imprensa, porque eles é que fizeram

parte da guerrilha de Caparaó e de Três Passos; não sou eu. Eles é que me trouxeram dados inquestionáveis da imoralidade do comando revolucionário em Montevidéu, e eles é que deverão ser questionados amanhã, às 12:30, aqui nesta Casa.

Agora, estranhamente, criou-se um tumulto, provocado principalmente por dois ou três jornalistas, não sabemos por que, muito identificados com a bancada do PDT.

V. Exª — e não é novidade para ninguém — que existem pessoas maravilhosas na música, no Congresso Nacional, na imprensa e em toda parte; mas, lamentavelmente, existem também pessoas ruins em toda parte. Se não fosse isso, não teríamos citado aqui a terrível "imprensa marrom" de 1960.

É um absurdo o que disse esse Deputado, principalmente sendo do PMDB, de um partido de oposição. Deve ser um desses falsos comunistas que usam a sigla para se beneficiar com a imprensa, que usam essa palhaçada toda...

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Nobre Deputado Agnaldo Timóteo, V. Exª tem que falar olhando para o Presidente da Casa. V. Exª não pode dar as costas para o Presidente.

**O SR. AGNALDO TIMÓTEO** — Perdão, Sr. Presidente.

Para concluir, Sr. Presidente, espero que a unanimidade da imprensa, que está aqui para pedir a cabeça do Timóteo, estejam aqui, amanhã, na hora de questionar os dois integrantes da guerrilha de Caparaó e Três Passos. Isso é o que espero. Espero que a imprensa imparcial, independente informe as pessoas, lá fora, sobre aquilo que realmente acontece, não aquilo que interessa a alguns grupelhos aqui dentro.

**O Sr. Albérico Cordeiro** — Sr. Presidente, pela ordem

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V Exª, pela ordem.

**O SR. ALBÉRICO CORDEIRO** (PDS — Alagoas. Sem revisão do orador ) — Sr. Presidente, o espetáculo é degradante. O eminente Deputado Agnaldo Timóteo — e peço desculpas à imprensa e à Casa por chamá-lo de eminente, mas é a degradação a que chegamos, em função de determinados comportamentos . Digo isso, porque tenho vinte e três anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — V. Exª vai levantar questão de ordem?

**O SR. ALBÉRICO CORDEIRO** — Vou levantar uma questão de ordem, mas preciso justificá-la, Sr. Presidente. Tenho vinte e três anos de credenciamento no Comitê de Imprensa. Nunca vi, em vinte e três anos de Câmara dos Deputados, como jornalista, espetáculos dessa natureza, nem deles tomei conhecimento, desde a existência do Congresso Nacional em Brasília Um Deputado, um artista, teoricamente um homem do povo, com a votação de mais de quinhentos mil votos, vai ao Comitê, com um cidadão que se diz guerrilheiro, que se diz lutador em Caparaó, e desafia os jornalistas e agride um Deputado dentro do Comitê de Imprensa, e consegue essa unanimidade

Sr. Presidente, é a primeira vez — revelo a V. Exª — é a primeira vez que isso ocorre no Congresso Nacional. Então, há que se adotarem algumas providências quanto ao comportamento nesta Casa. Não podemos mais, nós, os Deputados; não podem mais os jornalistas; não podem mais os funcionários deste Congresso Nacional ficar à mercê de S. Exª, o Deputado Agnaldo Timóteo, com seus estrelismos, com seus histerismos, com seus vedetismos, à busca de aparecer em sua briga em seus amores ou desamores com o Governador Leonel Brizola, com o que nós, Deputados, nós, jornalistas, nada temos a ver.

Sr Presidente, depois de mim, falará o Deputado José Genoíno. Lerá as notas de todas as entidades de jornalistas do Distrito Federal É para esse fato que chamo a atenção de V. Exª É preciso que, talvez partindo de V. Exª, aqui e hoje, se adote uma providência, antes mesmo da representação que fará o Deputado Aldo Arantes. Gostaria de sugerir a V. Exª, concluindo minha questão de ordem, que hoje mesmo V. Exª, na condição de Presidente do Congresso Nacional, convidasse a diretoria do Comitê de Imprensa para prestar um depoimento sobre os fatos que ocorreram hoje neste setor, neste Departamento da Câmara dos Deputados, porque o que ocorreu é vergonhoso, é degradante, e só conspira contra esta Casa, contra a grandeza do Congresso Nacional, que todos querem atingir, por diversos meios, o que, até agora, não conseguiram. Esta a questão de ordem, este o meu pedido a V. Exª

**O Sr. Agnaldo Timóteo** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, porque fui citado nominalmente

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — V Exª já falou uma vez. O Regimento não permite

**O Sr. Agnaldo Timóteo** — Pelo menos um esclarecimento preciso fazer, Sr. Presidente

**O SR. PRESIDETNE** (Moacyr Dalla) — V. Exª tem a palavra por dois minutos.

**O SR. AGNALDO TIMÓTEO** — Lamento profundamente o incidente no Comitê de Imprensa. Sempre procurei demonstrar, não só para com os profissionais da imprensa, mas para com todos os meus companheiros dentro desta Casa, o maior respeito. Acontece que provocação é provocação, e tudo tem um limite. Todas as pessoas que estavam no comitê de Imprensa sabem a que me refiro. É muito agradável para as pessoas fazerem a sua famosa "média" com a imprensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro na qualidade de Líder do PDT.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO** (PDT — RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, era nossa intenção, na Liderança do PDT, ler as notas dos diversos comitês desta Casa. Entretanto, como o Deputado José Genoíno estaria inscrito antes de mim, vou, inclusive, usar meu tempo para fazer um pronunciamento, deixando ao Deputado José Genoíno a missão de ler a nota do Comitê de Imprensa da Câmara, do Comitê de Imprensa do Senado, do Sindicato dos Jornalistas e do Clube de Imprensa São quatro notas que historiam os fatos e, como disse o Deputado Aldo Arantes, há unanimidade de toda a imprensa Não é possível que toda a imprensa que cobre o Congresso Nacional e o Sindicato dos Jornalistas estivesse a serviço de quem quer que seja Mas, Sr Presidente, os fatos que ocorreram no Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados são lamentáveis sob todas as formas, são lamentáveis por todos os motivos. Não queremos entrar numa polêmica que só interessa ao ilustre Deputado. Não estou aqui para defender o Governador Leonel Brizola de acusações desse jaez, porque elas são ridículas e se perdem por si mesmas. O que não podemos aceitar é que se use a tribuna do Congresso Nacional para prestar serviços a organizações ou a grupos espúrios, para apresentar pessoas conhecidas por suas atitudes e por seu passado, infiltradas entre democratas brasileiros que sofreram no exílio, para apresentá-las como guerrilheiros ou como heróis. Não podemos usar o Congresso Nacional para aqui trazer pessoa que, até 30 dias atrás, era gerente de um conhecido hotel de Brasília, pelas suas ligações, para vir empulhar o povo brasileiro, com o ódio mesquinho de quem não sabe o que está dizendo, mas que quer prestar serviços de qualquer forma

Sr Presidente e Srs. Congressistas, não pretendemos dialogar com o ilustre Deputado, que para nós, é uma figura do passado. E nós temos autoridade no partido para dizer isso. Quais partidos teriam autoridade moral, com uma bancada de 23 Deputados, para excluir do seu convívio um Deputado de 500 mil votos? Nós temos, porque chegamos à conclusão de que o Deputado Agnaldo Timóteo não merece a confiabilidade de sentar-se conosco Ele não está expulso do partido. Não queremos conversar com ele. Nós suspeitamos do que está atrás dele Não queremos mais que ele ouça as nossas conversas. Por isso é que nós o excluímos. A unanimidade do povo brasileiro, hoje, sabe a quem o Deputado Agnaldo Timóteo presta serviços. Não sou eu quem diz, não sou quem afirma; são os fatos, e estes são irretorquíveis, afirmativos Pretende o Deputado Agnaldo Timóteo, como alguns dos seus guerrilheiros do asfalto de hotéis de Brasília, levantar questão e tentar provar coisas que os órgãos de segurança, neste País, durante vinte anos, não conseguiram E o Deputado Agnaldo Timóteo, agora, pretende prestar um serviço adicional Sr. Presidente, não pretendemos entrar em polêmica. O Governador Leonel Brizola está governando o Rio de Janeiro.

**O Sr. Agnaldo Timóteo** — Se os órgãos de Segurança Nacional não conseguiram provar, por que iriam usar o Deputado Agnaldo Timóteo?

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — V. Exª peça o aparte ao orador que está na tribuna.

**O Sr. Agnaldo Timóteo** — O ilustre Deputado me concede um aparte?

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO** — Como sempre, concedo o aparte a V. Exª, que me negou, quando fez o seu discurso e disse a mim que não concedia o aparte, porque não sabia o que estava lendo, e que eu iria enrolá-lo

**O Sr. Agnaldo Timóteo** — Nobre Deputado Brandão Monteiro, suas acusações e as de algumas outras pessoas aqui, se não são ingênuas, realmente são muito sem inteligência, porque, se os órgãos de Segurança, os quais V. Exª deve conhecer muito bem — há até gente da família que pertence aos órgãos de Segurança — vasculharam com tanta profundidade a vida das pessoas do passado político deste País, porque iriam usar o Deputado Agnaldo Timóteo? Parece-me, Deputado, que há uma grande incoerência. Mas não estou entendendo por que a pressa. Amanhã, gostaria que V. Exª, as pessoas da imprensa e mais os falsos comunistas questionassem João Carlos, o Lelé, e Carlos Damião Camacho. Eles é que deverão prestar esclarecimentos, porque conhecem bem a história, muito mais do que todos os que estão aqui.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO** — Deputado Agnaldo Timóteo, não vou responder a V. Exª, porque o meu passado é que vai fazê-lo. Não fui eu que tive ligações com o Esquadrão da Morte; não fui eu quem teve Mariel Mariscot como Guru. E conheço os órgãos de segurança, porque estive preso, enquanto V. Exª estava ligado a esses órgãos, em 64, pedindo a cabeça e a vida de patriotas, como hoje, aqui, denuncia Deputados como comunistas. Não pretendo mais discutir com o Deputado, porque sua vida, seu passado e seu presente estão aí, para todos vermos, e quanto, ao seu futuro, o povo brasileiro verá.

**O Sr. José Genoíno** — *Deputado Brandão Monteiro*, antes de ler a nota do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados, eu gostaria que ficasse registrado um diálogo que tive com Agnaldo Timóteo Hoje, ao chegar aqui, na Câmara, Agnaldo Timóteo disse. "Mas por que você..

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Nobre Deputado Genoino, quando se referir ao seu colega, tenha a bondade de designá-lo como Deputado.

**O Sr. José Genoino** — Hoje, o nobre Deputado Agnaldo Timóteo comentou que eu tinha mudado meu comportamento para com ele. E eu o fiz, imaginando tratar-se de uma ingenuidade. Antes de ler aquele discurso, pela primeira vez, na Câmara, recomendei que não fosse lido, porque, pela linguagem, pelos dados, pela sistemática, me parecia — dada a experiência que tive, preso em órgãos de repressão — algo fabricado. Foi esta a observação franca que fiz ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo É necessário também esclarecer a esta Casa que são conhecidas as ligações políticas da pessoa apresentada, hoje, aqui, o Sr. Camacho, com o ex-Ministro da Casa Civil, Gen. Golbery do Couto e Silva. Assim, expresso minha solidariedade ao nobre Deputado Aldo Arantes e passo a ler a nota do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados:

"NOTA DO COMITÊ DE IMPRENSA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os jornalistas credenciados junto ao Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados expressam sua repulsa ao Deputado Agnaldo Timóteo pelos insultos a agressões verbais que lhes dirigiu em seu recinto de trabalho, e por sua ação político parlamentar, afinada com o estilo dos órgãos de segurança do País.

Por unanimidade, os jornalistas credenciados decidiram considerar o Deputado Agnaldo Timóteo "persona non grata" ao Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados.

Brasília-DF, 31 de maio de 1984

Leio agora a nota de apoio do Comitê de Imprensa, Rádio e Televisão do Senado Federal:

"Diante do reprovável procedimento do Deputado Agnaldo Timóteo, na tarde de hoje nas dependências do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados, o Comitê de Imprensa, Rádio e Televisão do Senado Federal declara, publicamente, o seu irrestrito apoio e total solidariedade aos colegas que fazem a cobertura jornalísticas naquela casa legislativa.

Brasília, 31 de maio de 1984.

P/Presidente

Diz a nota do Sindicato dos Jornalistas profissionais do Distrito Federal

"O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal solidariza-se com os companheiros que fazem a cobertura do Congresso Nacional diante das ofensas aos jornalistas proferidas, na sala do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados, pelo Deputado Agnaldo Timóteo. Os jornalistas de Brasília, considerando-se todos atingidos pelo parlamentar, subscrevem, através do Sindicato, a nota expedida pelo Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados.

Brasília, 31 de maio de 1984

Presidente.

Finalmente, leio nota de apoio do Clube da Imprensa:

"O Clube da Imprensa considera lamentável a existência pública e parlamentar do Agnaldo Timóteo e solidariza-se com a nota do Comitê da Imprensa da Câmara e do Sindicato dos Jornalistas/DF, subscrevendo ambas.

Brasília, 31 de maio de 1984. — **Carlos Agusto de Campos Velho,** Presidente

Não podia terminar, nobre Deputado Brandão Monteiro, sem expressar aqui também a nossa solidariedade aos jornalistas. Sabemos que, nos dias violentos da repressão, as pessoas mais odiadas pela repressão, além das vítimas, eram os advogados, alguns parlamentares e jornalistas, porque, muitas vezes, apesar de tudo, conseguiram dar algumas notícias que desvendavam o mistério que a censura tentava acobertar.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO** — Muito obrigado a V. Exª, *Deputado José Genoino.*

Sr Presidente, Srs. Congressistas, concluindo o nosso pronunciamento, queremos manifestar nossa solidariedade aos jornalistas, a todas as organizações de profissionais que fazem a cobertura jornalística desta Casa pelas agressões sofridas, assim como ao Deputado Aldo Arantes.

Conheço Aldo Arantes desde os tempos comuns do movimento estudantil. Aldo Arantes foi, sem dúvida alguma, o maior Presidente que a UNE teve, em toda a sua existência. Jovem de reconhecida capacidade e seriedade, jovem que não participa do meu partido — até não tem simpatia pelo meu partido, sei disso — mas reconheço sua inteireza moral. É um dos grandes heróis deste País. Ele sabe exatamente, como alguns patriotas, o que representam neste País os órgãos de segunraça, porque sofreu na carne a violência e a tortura daqueles que implantaram, em 1964, o regime autoritário a que muitos hoje estão prestando serviço.

Minha solidariedade ao Deputado Aldo Arantes, e o meu abraço. (Palmas.)

**O Sr. Agnaldo Timóteo** — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para responder às notas.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — V. Exª nobre Deputado, já usou duas vezes da palavra. V. Exª terá oportunidade de se pronunciar novamente em outra sessão, porque vamos encerrar agora o período de Breves Comunicações. O Regimento é claro em seu art 31:

"A primeira meia hora da sessão deverá ser destinada aos oradores inscritos que poderão usar da palavra por cinco minutos, improrrogavelmente".

*Está encerrado o período de Breves Comunicações.*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Synval Guazzelli, para uma comunicação em nome da Liderança do PMDB.

**O SR. SINVAL GUAZZELLI** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr Presidente, a bancada do PMDB lamenta profundamente o triste episódio ocorrido hoje no Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados, quando um Sr Deputado, integrante desta Casa, ali proporcionou degrandante espetáculo, e ao mesmo tempo, oferece toda a sua solidariedade aos jornalistas credenciados na Câmara dos Deputados, integrantes do Comitê de Imprensa, que foram alvo, hoje, dos insultos ali proferidos pelo Sr. Deputado Agnaldo Timóteo.

Quer especialmente o PMDB, ao se solidarizar com seu valoroso companheiro, o nobre Deputado Aldo Arantes, dizer bem alto nesta Casa que não aceita dedo-duro erguido de ninguém para opor restrições de qualquer ordem àqueles que integram a nossa bancada.

O PMDB acolhe, como partido livre e aberto que é, aqueles que queiram filiar-se a seus princípios e especialmente aqueles que queiram, na militância do partido, defender permanentemente o seu compromisso maior, que é com a causa democrática E o nobre Deputado Aldo Arantes enaltece e engrandece a nossa bancada, porque é um lutador permanente, capaz de oferecer exemplo a todos os seus pares, na defesa intransigente da democracia.

Por isso, Sr. Presidente, a nossa solidariedade a este colega, contra quem o nobre Deputado Agnaldo Timóteo tentou inclusive a agressão física Afirmamos, mais uma vez, especialmente depois daquilo que foi pronunciado em plenário, de dedo levantado, em riste, contra o Deputado Aldo Arantes, que este Deputado orgulha a todos nós, seus companheiros, pela brava luta que tem desenvolvido, ao longo de sua existência, em favor da causa democrática (Muito bem. Muito bem Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Passa-se à:

## ORDEM DO DIA

**Item 1:**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 11, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.074, de 20 de dezembro de 1983, que altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados (Pausa )

Aprovado.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — **Item 2:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº

20, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2 086, de 22 de dezembro de 1983, que reajusta o valor do soldo base de cálculo da remuneração dos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Em discussão o projeto (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão

Em votação.

Os Srs Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa )

Aprovado.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer como se acham (Pausa )

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Nos termos do art 55, § 1º, **in fine,** da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 45 minutos, neste plenário, destinada à votação do Projeto de Decreto Legislstivo nº 1, de 1984, referente ao Decreto-lei nº 2.070, de 1983.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)*

# Ata da 130ª Sessão Conjunta, em 31 de maio de 1984

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

*Presidência do Sr. Moacyr Dalla*

*ÀS 19 HORAS E 45 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES*

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — João Lobo — José Lins — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon

*E OS SRS DEPUTADOS*

**Acre**

Alércio Dias — PDS; Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; José Mello — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

**Amazonas**

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS, Mário Frota — PMDB, Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

**Rondônia**

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS

**Pará**

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS, Lúcia Viveiros — PDS, Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB, Sebastião Curió — PDS.

**Maranhão**

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB, Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS

**Piauí**

Celso Barros — PDS, Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB

**Ceará**

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS, Evandro Ayres de Moura — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS, Mauro Sampaio — PDS; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS

**Rio Grande do Norte**

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS, Vingt Rosado — PDS.

**Paraíba**

Adauto Pereira — PDS; Aluízio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS, Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

**Pe nambuco**

Antônio Farias — PDS, Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB, José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB, Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS, Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS, Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS

**Alagoas**

Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

**Sergipe**

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

**Bahia**

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB, Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS, Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS, Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

**Espírito Santo**

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Mythes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB, Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

**Rio de Janeiro**

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS, Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS, Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB, Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT, Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS, Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT, Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

**Minas Gerais**

Aécio Cunha — PDS, Aníbal Teixeira — PMDB, Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS, Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Emílio Gallo — PDS, Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Safair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Milton Reis — PMDB, Navarro Vieira Filho — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

**São Paulo**

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT, Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB, Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS, Farabulini Júnior — PTB, Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB, Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS, Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Hermann Neto — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB, Mário Hato — PMDB, Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB, Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB, Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB, Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB

**Goiás**

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB, Ibsen de Castro — PDS, Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB, Wolney Siqueira — PDS.

**Mato Grosso**

Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB, Saulo Queiroz — PDS; Ubaldo Barém — PDS.

**Paraná**

Alencar Furtado — PMDB, Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB, Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

**Santa Catarina**

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB

**Rio Grande do Sul**

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT, Paulo Mincarone — PMDB, Pedro Germano — PDS; Pratini de Morais — PDS, Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB

**Amapá**

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS, Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

**Roraima**

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 337 Srs Deputados. Havendo número regimental, *declaro aberta a sessão.*

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Múcio Athaíde

**O SR. MÚCIO ATHAÍDE** (PMDB — RO Sem revisão do orador ) — Sr Presidente, Srs Congressistas, estou encaminhando à Mesa do Congresso Nacional, baseado nos princípios dos direitos internacionais e do nosso País, um requerimento para marcar de imediato as eleições para Senadores e Deputados Federais em Brasília.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — A Presidência tomará as devidas providências.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MÚCIO ATHAÍDE, EM SEU DISCURSO:*

Senhor Presidente:

O Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1.513, de 1960, que dispunha sobre a organização administrativa do Distrito Federal de Brasília e dava outras providências. Essa proposição acabou sendo transformada na Lei nº 3 751, de 13 de abril de 1960.

Releva acentuar que o art. 6º desse diploma legal, incluído no Capítulo II — Do Poder Legislativo e sua Seção I — Da Câmara do Distrito Federal, estatuía.

"Art. 6º O Poder Legislativo será exercido pela Câmara do Distrito Federal, composta de vinte Vereadores, eleitos pelo povo por ocasião das eleições para o Congresso Nacional "

Assim, a teor dessa lei, deveriam ser realizadas eleições para a legislatura a se iniciar no ano de 1963.

Ocorreu, no entanto, que o nobre Deputado Oliveira Brito e outros Congressistas apresentaram proposta de emenda constitucional que, aprovada, converteu-se na Emenda Constitucional nº 3, de 8 de junho de 1961, onde se lê·

Art. 3º Compete ao Congresso Nacional fixar a data das primeiras eleições de representantes do Distrito Federal ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e à Câmara do Distrito Federal, e exercer, até que esta se instale, a função legislativa em todos os assuntos da competência do Distrito Federal".

Todavia, por motivos que não puderam ser devidamente esclarecidos, jamais o Congresso Nacional fixou a data dessas eleições. Note-se, contudo, que os eleitores do Distrito Federal tinham direito adquirido, seja pela Lei citada, seja pela Emenda Constitucional referida, para o exercício do voto destinado a eleger seus representantes políticos

A Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967 e as emendas que se seguiram (até hoje em número de vinte e quatro) *não contemplaram essa hipótese, omitindo-se* quanto a essa conquista cívica dos brasilienses.

Têm os eleitores do Distrito Federal o direito sagrado e adquirido ao voto. Não podem, impunemente, ser esbulhados dessa conquista democrática. Outrossim, nunca é demais relembrar-se que a lei não pode prejudicar o direito adquirido, sendo essa uma norma fundamental contida no art. 153, § 3º da vigente Lei Maior. Por outro lado, o nosso ordenamento jurídico oferece proteção ao terceiro de boa fé. E, como tal, pode perfeitamente ser considerado o eleitor de Brasília, eis que, face ao já exposto no início deste requerimento, passou ele a preencher os requisitos necessários.

Entendo, Sr Presidente, que houve imperdoável omissão do Poder Legislativo em não fixar a data para as eleições de Brasília Com isso, inúmeros foram os prejuízos, de diferentes aspectos, trazidos para a população de nossa Capital Federal. Cumpre que este mesmo Congresso, que tão estranhamente se omitiu, redima-se agora do seu erro e passe, de modo soberano, a corrigi-lo. basta, para tanto, que fixe data para as eleições destinadas a escolher a representação do Distrito Federal para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Este o requerimento que encaminho a essa Presidência.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1984— **Múcio Athayde**

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sinval Guazzelli.

**O SR. SINVAL GUAZZELLI** (PMDB — RS. Sem revisão do orador ) — Sr. Presidente, sendo evidente a falta de **quorum,** tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, solicito a V. Exª, na forma do que dispõe o Regimento Comum, o encerramento da sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — O requerimento de V. Exª tem amparo no art. 29, § 2º, do regimento Comum (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à leitura das Mensagens nºs 58 e 59, de 1984-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.108 e 2.110, de 1984.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 50 minutos.)*

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

**(Inclusa as despesas de correio)**

### Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

| | | |
|---|---|---|
| Semestre | Cr$ | 3 000,00 |
| Ano | Cr$ | 6 000,00 |
| Exemplar avulso | Cr$ | 50,00 |

### Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

| | | |
|---|---|---|
| Semestre | Cr$ | 3 000,00 |
| Ano | Cr$ | 6 000,00 |
| Exemplar avulso | Cr$ | 50,00 |

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

**Centro Gráfico do Senado Federal**

Praça dos Três Poderes — **Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF**
CEP 70.160

# SEGURANÇA NACIONAL

## (2ª edição — 1982)

Lei nº 6.620, de 17-12-78

Índice temático. Tramitação legislativa

— Legislação vigente (Lei nº 6.620/78) comparada, artigo por artigo, à legislação anterior (Decretos-Leis nºs 314/67 e 510/69 e Lei nº 1.802/53).
— Notas a cada dispositivo: legislação correlata, comentários de juristas e da imprensa, elaboração legislativa.
— Textos constitucionais e legislação ordinária (de 1824 a 1982).

368 páginas

**Preço: Cr$ 800,00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas

Senado Federal

22º andar — Brasília—DF

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo REEMBOLSO POSTAL.

**Centro Gráfico do Senado Federal**
**Caixa Postal 07/1203**
**Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr$ 50,00